

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PRPPG PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO
EM EDUCAÇÃO

TERRITÓRIO, FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA DOCENTE:
UMA PESQUISA NARRATIVA

YASMIN CAROLINE DA SILVA COSTA
ORIENTADOR: PROFESSOR DR. ALLAN HENRIQUE GOMES

JOINVILLE

2025

YASMIN CAROLINE DA SILVA COSTA

**TERRITÓRIO, FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA DOCENTE:
UMA PESQUISA NARRATIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Docente da Universidade da Região de Joinville (Univille), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Professor Dr. Allan Henrique Gomes.

JOINVILLE

2025

Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

C837t	Costa, Yasmin Caroline da Silva Território, formação e experiência docente: uma pesquisa narrativa / Yasmin Caroline da Silva Costa; orientador Dr. Allan Henrique Gomes. – Joinville: Univille, 2025. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade da Região de Joinville) 1. Professores – Formação. 2. Prática de ensino. 3. Sociologia educacional. I. Gomes, Allan Henrique (orient.). II. Título. CDD 370.71
-------	--

Elaborada por Ana Paula Blaskovski Kuchnir – CRB-14/1401

Termo de Aprovação

“Território, Formação e Experiência Docente: Uma Pesquisa Narrativa”

por

Yasmin Caroline da Silva Costa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Allan Henrique Gomes
Orientador (UNIVILLE)

Profa. Dra. Eliane Regina Pereira
(UFU)

Profa. Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto
(UNIVILLE)

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Educação, aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação.



Prof. Dr. Allan Henrique Gomes
Orientador (UNIVILLE)



Profa. Dra. Jane Mery Richter Voigt
Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Joinville, 28 de fevereiro de 2025.

RESUMO

Esta pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação – da Universidade da Região de Joinville (Univille), tem como objetivo analisar o modo como as problemáticas territoriais podem atravessar os percursos de formação e as experiências docentes, tomando, para isso, narrativas de três professoras com trajetória em um território específico da Região do Litoral Norte Catarinense. A primeira professora é a própria pesquisadora. A segunda e a terceira, são docentes que participaram de um percurso de formação continuada, denominado Performa, em que a pesquisadora colaborou na mediação dos encontros. A pesquisadora compõe o processo de produção das informações, tendo em vista que parte de sua formação docente se deu no contexto territorial investigado, tornando, assim, sua própria experiência como campo de pesquisa. Dessa forma, teve a oportunidade de conhecer essas professoras e dialogar sobre políticas educacionais, desigualdade social, os desafios enfrentados pelos jovens, entre outros assuntos. Esses diálogos foram fundamentais para compreender a realidade local e os desafios da docência nesse panorama. Ao adotar a metodologia narrativa/biográfica (Delory-Momberger, 2006), a pesquisa se organiza por temas, em capítulos e subcapítulos, que permitem analisar as experiências compartilhadas pelas professoras e as próprias vivências da pesquisadora, refletindo acerca das conexões que emergem ao longo do processo investigativo. Nesse viés, a pesquisa assume a complexidade de cenários históricos e sociais (Santos, 1996; Sawaia, 2019), enquanto busca ampliar a compreensão dos processos educacionais e das desigualdades (Laval, 2023) presentes no território, evidenciando o modo como a problemática territorial é uma complexidade que reverbera na formação e na experiência docente.

Palavras-chaves: Trabalho Docente; Formação Docente; Território; Desigualdade Social; Pesquisa Narrativa.

*Territory, Teacher Education, and Professional Teaching Experience: A
Narrative Study*

ABSTRACT

This research, linked to the Graduate Program – Master's in Education at the University of the Joinville Region (Univille), aims to analyze how territorial issues can intersect with teacher education paths and teaching experiences. It does so by exploring the narratives of three teachers with experience in a specific territory of the northern coastal region of Santa Catarina. The first teacher is the researcher herself. The second and third are educators who participated in a continuous education program called Performa, in which the researcher collaborated in facilitating the meetings. The researcher is part of the information production process, considering that part of her teacher education took place in the investigated territorial context, thus making her own experience the research field. In this way, she had the opportunity to get to know the Performa teachers and engage in dialogue with them about educational policies, social inequality, the challenges faced by youth, among other topics. These dialogues were crucial for understanding the local reality and the challenges of teaching in this context. Adopting the narrative/biographical methodology (Delory-Momberger, 2006), the research is organized into themes, chapters, and subchapters that allow for the analysis of the experiences shared by the teachers and the researcher's own experiences, reflecting on the connections that emerge throughout the investigative process. Thus, the research acknowledges the complexity of historical and social contexts (Santos, 1996; Sawaia, 2019) while seeking to broaden the understanding of educational processes and inequalities (Laval, 2023) present in the territory, highlighting how territorial issues represent a complexity to be reflected upon in teacher education and experience.

Keywords: Teaching Work; Teacher Education; Territory; Social Inequality; Narrative Research.

RESUMEN

Esta investigación, vinculada al Programa de Posgrado – Maestría en Educación – de la Universidad de la Región de Joinville (Univille), tiene como objetivo analizar cómo las problemáticas territoriales pueden atravesar los recorridos de formación y las experiencias docentes, tomando para ello las narrativas de tres profesoras con trayectoria en un territorio específico de la Región del Litoral Norte de Santa Catarina. La primera profesora es la propia investigadora. La segunda y la tercera son docentes que participaron en un recorrido de formación continua, denominado Performa, en el cual la investigadora colaboró en la mediación de los encuentros. La investigadora forma parte del proceso de producción de la información, teniendo en cuenta que parte de su formación docente tuvo lugar en el contexto territorial investigado, convirtiendo así su propia experiencia en campo de investigación. De esta manera, tuvo la oportunidad de conocer a estas profesoras y dialogar sobre políticas educativas, desigualdad social, los desafíos enfrentados por los jóvenes, entre otros temas. Estos diálogos fueron fundamentales para comprender la realidad local y los desafíos de la docencia en ese panorama. Al adoptar la metodología narrativa/biográfica (Delory-Momberger, 2006), la investigación se organiza por temas, en capítulos y subcapítulos, que permiten analizar las experiencias compartidas por las profesoras y las vivencias de la propia investigadora, reflexionando sobre las conexiones que emergen a lo largo del proceso investigativo. Desde esta perspectiva, la investigación asume la complejidad de los escenarios históricos y sociales (Santos, 1996; Sawaia, 2019), al tiempo que busca ampliar la comprensión de los procesos educativos y de las desigualdades (Laval, 2023) presentes en el territorio, evidenciando cómo la problemática territorial es una complejidad que repercute en la formación y en la experiencia docente.

Palabras clave: Trabajo Docente; Formación Docente; Territorio; Desigualdad Social; Investigación Narrativa.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BMW	Bayerische Motoren Werke
BR-280	Rodovia Federal BR-280
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
COVID-19	Coronavírus Disease 2019
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
EAD	Ensino a Distância
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
IFC	Instituto Federal Catarinense
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVP	Indicador de Valorização de Professores
Lica	Licenciatura em Ciências Agrícolas
NEPS	Núcleo de Pesquisa em Educação, Política e Subjetividade
Performa	Percursos Formativos Docentes e Discentes na Rede de Educação Básica
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SC	Santa Catarina
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesc	Serviço Social do Comércio
SintE-SC	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Univille	Universidade da Região de Joinville

UEA

Unidade de Ensino Aprendizagem

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de renda no Brasil (2022)	83
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Experiências acadêmicas e profissionais da autora e das professoras Ana e Maria.....	28
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Material teórico produzido durante o processo formativo.....	23
--	----

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	14
2 INTRODUÇÃO	19
3 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	23
3.1 Objetivo Geral	23
3.2 Objetivo específico	23
4 Metodologia.....	24
5 MINHAS REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO EM ARAQUARI/SC.....	49
6 TERRITÓRIO.....	36
7 POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA: A ADEQUAÇÃO AO MERCADO GLOBAL.....	59
8 PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO CICLO DE EXCLUSÃO SOCIAL	67
8.1 A nova geração e a nova cultura: a força das influências ideológicas	76
9 TERRITÓRIO, DESIGUALDADE E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO EM ARAQUARI/SC	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	100

1 APRESENTAÇÃO

A pesquisa, no Mestrado em Educação, foi profundamente marcada pelos afetos, representando um reencontro com o território de Araquari, Santa Catarina (SC) e um encontro com as professoras da Rede Estadual de Ensino, Ana e Maria. Quando ingressei no Mestrado, minha intenção inicial era pesquisar o Ensino Profissionalizante e as questões relacionadas à desigualdade social. No entanto, ao conhecer o projeto Performa, uma inquietude surgiu, mobilizando-me a seguir por esse novo caminho. Antes de aprofundar minha reflexão sobre o papel dos afetos na pesquisa, acreditava que essa apreensão estava ligada às semelhanças entre mim e as professoras, pois todas compartilhamos a experiência de vivenciar o território, seus desafios e dinâmicas. Contudo, ao fundamentar teoricamente minha pesquisa, fui impactada pela estranheza que esse processo me proporcionou. Como Moriceau (2020, p. 25) afirma, em seu livro *Afetos na pesquisa acadêmica*, “o afeto é algo que é mais estranho, ou estrangeiro, que não sei o que significa imediatamente. É algo que é de fora, não é de dentro de mim, ele vai me obrigar a pensar, a mudar”.

Por isso é tão difícil detalhar toda a minha experiência e relatar ao leitor como cheguei até aqui, como escolhi fazer uma pesquisa narrativa/biográfica e como decidi incluir as narrativas das professoras Ana e Maria. No início, considerava que a explicação para minha escolha fosse a semelhança, uma afinidade entre as histórias de vida. Todavia, percebi que, na verdade, o que me movia era a estranheza. Tratava-se de olhar para um território, um espaço, uma cultura e uma realidade social que observei por quatro anos, mas, agora, sob a ótica das professoras, uma perspectiva distinta da minha, com bagagens diferentes, que me provocaram reflexões profundas. Essas experiências atravessaram-me e modificaram o curso da pesquisa.

Fui deslocada pelos afetos, levando-me a manter a metodologia a princípio escolhida. Mesmo reconhecendo que as semelhanças que notava estavam sendo repensadas ao longo do processo, decidi não alterar a palavra “semelhança”. Permiti que o amadurecimento da pesquisa se refletisse na narrativa, de modo que o leitor pudesse acompanhar a transformação das ideias, a evolução das reflexões e as mudanças no formato em que a pesquisa se construiu ao longo do tempo. Essas mudanças, por sua vez, foram fundamentais

para o desenvolvimento do estudo. Escrevi, apaguei, reescrevi, mudei, repensei, reli e, provavelmente, se tivesse que escrever novamente, mudaria tudo outra vez. Li, certa vez, que a pesquisa narrativa é tão desafiadora, porque pode levar anos para ser realmente colocada no papel, dado que é um processo de amadurecimento contínuo, de reflexão constante e de reconfiguração das ideias. Nesse sentido, Delory-Momberger (2006, p. 362) define a narrativa como “uma matéria instável”, destacando:

Longe de ser fixada em uma forma única que lhe daria um passado objetiva e definitivamente fixo, a narrativa de vida é uma matéria instável, transitória, viva, que se recompõe sem cessar no presente do momento em que ela se anuncia.

Teria sido muito mais fácil se eu tivesse optado pelas metodologias tradicionais de pesquisa, baseadas apenas em dados, ou se tivesse somente apresentado as narrativas das professoras Ana e Maria, analisando-as, pois é mais fácil falar do caminho do outro, de fora, tudo parece mais claro. Mas entrar na própria trilha, com suas sombras e memórias, requer coragem para se despir diante de si mesmo. Porém, o que posso dizer é que me senti profundamente envolvida pela pesquisa; acabei emergindo no processo e deparei que precisava expor minhas próprias experiências e inquietações. Inicialmente, não consegui me distanciar delas; falava sobre minhas vivências como se estivesse apenas relatando fatos, sem refletir ou pensar criticamente. Acredito que, em razão disso, o último texto que consegui escrever e concluir para esta dissertação foi justamente a respeito das minhas experiências. O maior desafio foi falar acerca de mim mesma – um olhar para dentro, algo que exigiu uma reflexão profunda e que não consegui realizar antes.

Então, o afeto na pesquisa, de modo breve, é algo estranho, que age colocando em movimento saberes e crenças, que aciona um processo comunicativo. O desafio vai ser guardar, manter essa estranheza, proteger as qualidades do não familiar, do movimento inquietante, não para explicar, mas para pensar, ou repensar, a partir deles. (Moriceau, 2020, p. 26).

Havia uma necessidade profunda de comunicar aquilo que me sensibilizou, que me tirou da zona de conforto e me conduziu à pesquisa narrativa/biográfica. Pude vivenciar e sentir a experiência ao ouvir as professoras

Ana e Maria, dialogando e compartilhando suas histórias concernentes aos alunos, à escola, à Educação e às metodologias de ensino. Essas experiências ocorreram no Percorso Formativo Docentes e Discentes na Rede de Educação Básica (Performa), um percurso de formação continuada voltado para professoras da Rede Estadual de Ensino de Araquari/SC. Fui sensibilizada a participar como pesquisadora e, junto com uma estudante de Psicologia, encontramos duas professoras dispostas a participar. Dez encontros, entre híbridos e presenciais, aconteceram de forma tão envolvente que senti a necessidade de ir à escola conhecer o ambiente pessoalmente e ver, com meus próprios olhos, o lugar de que tanto falavam. Já as conhecia pelos encontros, todavia, além disso, senti a indispensabilidade de conhecer a escola, os alunos e a realidade que tanto mencionaram. Era como se eu precisasse experimentar fisicamente aquilo que descreviam em suas narrativas para compreender verdadeiramente suas vivências e a realidade que representavam.

De certa maneira, estava retornando à Educação, à sala de aula, aos alunos do Ensino Médio, revivendo a nostalgia dos tempos em que atuei como estagiária nas turmas de Ensino Médio e Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Catarinense (IFC), *Campus Araquari*. Meu contato com o IFC começou em 2016, quando iniciei o curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (Lica), no entanto, foi durante os estágios supervisionados nas turmas do Ensino Médio que realmente comecei a me tornar professora e a me encontrar na profissão. Infelizmente, a Licenciatura em Ciências Agrícolas, por ser voltada a áreas rurais e com poucas vertentes de atuação, apresenta limitações no mercado de trabalho. Muitas vezes, esse curso não é aceito em concursos ou processos seletivos, justamente por se tratar de uma área muito específica. Apesar de eu querer seguir nessa direção, distingi que as oportunidades eram escassas. Por isso, optei por deixar de lado minha primeira formação e ingressar na Licenciatura em Pedagogia. Entretanto, a pesquisa aproximou-me de algo que, na verdade, nunca quis me afastar: aquilo que me toca profundamente e que me move, tanto como pesquisadora quanto como professora.

É importante ressaltar que esse processo promove uma reflexividade e requer uma recusa ao excesso de distanciamento, pois é preciso viver a experiência e deixá-la trabalhar, ou seja, “experimentar a experiência”. O sentido dessa experimentação é o de fazer nascer, algo bem distinto de coletar dados, pois o argumento é o de que os afetos

vão nos forçar a pensar, a criar novos conceitos, a produzir uma oportunidade de “torna-se” (Moriceau, 2020, p. 31).

O Mestrado em Educação proporcionou-me essa oportunidade. Nunca imaginei que uma formação continuada pudesse ter um impacto tão significativo, trazendo à tona desafios, emoções e uma nova sensibilidade. Abordar, na pesquisa, as dificuldades que enfrentei ao longo da minha trajetória acadêmica, as pressões sociais e familiares, e a constante necessidade de defender a valorização da profissão docente foi um processo revelador. Discutir questões que, de certo modo, geram desconforto, demonstrou aspectos da minha experiência pessoal. Essas particularidades, acredito, também foram compartilhados pelas professoras Ana e Maria, e, talvez, em virtude disso, senti-me segura para expor minhas próprias experiências e posicionamentos.

É preocupante observar as inúmeras desigualdades que se apresentam no contexto educacional: uma nova geração de alunos que, em parte, não se engaja nas aulas, famílias em situação de vulnerabilidade social, salários baixos, instabilidade profissional e uma constante pressão de julgamentos e culpabilização. Mesmo diante desse cenário desafiador, persiste uma esperança: a convicção na Educação como ferramenta de transformação social, a preocupação contínua com o ensino e com o bem-estar dos alunos, e a recusa em aceitar passivamente as condições impostas pelo sistema educacional. Essa esperança é minha, e, ao ouvir as narrativas das professoras Ana e Maria, compreendi que, embora as desigualdades e adversidades, também nutrem essa esperança na Educação e no potencial da nova geração que está em processo de formação.

Acho que essa foi a maior estranheza que senti ao analisar as professoras Ana e Maria, que lidam com tantas exigências e são sobrecarregadas de trabalho. Quando chegava o final do dia, ainda encontravam uma hora e meia do seu tempo para compartilhar suas experiências, conversar, dialogar e refletir. Ficou claro para mim que, apesar de tudo, o que mais precisavam era ser ouvidas, mesmo diante de tantas demandas. No encontro do eixo trabalho, trouxeram fotos de seu cotidiano profissional e refletiam sobre os sentimentos que aquelas imagens transmitiam, o que predominava era a gratidão e a felicidade.

Considero que jamais se pode ou se deve conformar ou romantizar a Educação que está sendo imposta à sociedade brasileira. Contudo, não se pode perder de vista o que Nóvoa (2009, p.86) ensina: “educar é sempre um ato de esperança. Cada aluno que recebemos é uma aposta no futuro”. Ser professor é, antes de tudo, ter esperança no amanhã. Não posso me afastar dessa convicção, pois, como educadora, inspiro-me em textos de Rubem Alves, que falam sobre a esperança, o ensinar com carinho e a magia das palavras de um professor, assim como em Freire, com seu ensino emancipatório, que defende a autonomia e a transformação que a Educação é capaz de promover na sociedade. Será utopia acreditar na Educação? Ter esperança no futuro? Espero que, ao longo deste trabalho, as reflexões apresentadas possam suscitar questionamentos e contribuir para que o leitor construa suas próprias compreensões sobre os temas abordados. As experiências relatadas, permeadas por momentos de estranhamento e afeto, foram organizadas com o intuito de evidenciar a complexidade dos processos vivenciados ao longo da pesquisa.

2 INTRODUÇÃO

O Mestrado em Educação aproximou minhas experiências pessoais como aluna, estagiária e professora da pesquisa sobre a Educação dentro de um território periférico. A investigação conduziu-me ao campo por meio do Performa, possibilitando o contato com duas professoras da rede pública de ensino. O percurso foi realizado em 10 encontros, híbridos e presenciais, nos quais foram desenvolvidos exercícios de narrativa, reflexão e diálogo. À medida que ouvia as professoras relatarem suas experiências, o afeto gerado pela pesquisa me inquietava a participar ativamente dos diálogos e análises. Esse processo revelou-se uma potencialidade única, que gerou temas recorrentes, os quais foram desdobrados e organizados nos capítulos, subcapítulos e fundamentação teórica deste trabalho.

A escolha de desenvolver a pesquisa dentro de um território periférico foi intencional. Realizei minha primeira licenciatura (2016-2020) em uma instituição de ensino pública federal e vivenciei os desafios do território durante os quatro anos do curso. Após a conclusão, retornei como egressa para realizar o estágio de docência enquanto mestranda em Educação (2023). O conhecimento do território e a pesquisa a respeito desse espaço, caracterizado por desigualdades, insuficiência de políticas públicas e uma histórica marginalização, com recursos limitados e gestão deficiente, contribuem de forma clara para a compreensão da realidade educacional. O contato com o Ensino Superior e os relatos compartilhados pelas professoras possibilitaram um olhar atento acerca das diversas questões que envolvem o território.

A pesquisa utilizou como metodologia as narrativas/biográficas, baseando-se nas experiências compartilhadas, tanto nas minhas quanto nas das professoras participantes do percurso, todas atravessadas por um território periférico. Entendo que as experiências e o território são inseparáveis, pois, o espaço exerce um papel social, conforme exposto pelo geógrafo Milton Santos (1996). Cada território, no Brasil, possui realidades distintas, e essas se entrelaçam com a Educação e a vida social, moldando-se por suas especificidades. No entanto, existem poucas pesquisas que integrem as dimensões da narrativa e do território, sendo o estudo da Educação frequentemente tratado de maneira isolada, sem considerar os fatores sociais e

territoriais que a constituem. Essa abordagem limita a análise da Educação ao negligenciar as condições sociais que a influenciam.

Nesse âmbito, o objetivo da pesquisa foi analisar o modo como as problemáticas territoriais podem atravessar os percursos de formação e as experiências docentes, tomando, para isso, as narrativas de três professoras com trajetória no contexto de um território específico da Região do Litoral Norte Catarinense. A pesquisa partiu da premissa de analisar os dados, fundamentar teoricamente o método, o território e as desigualdades, além de refletir criticamente sobre as experiências, buscando exercitar o distanciamento necessário para pensar, repensar e analisar a maneira como as problemáticas territoriais podem permear os percursos de formação e as experiências. O estudo visou investigar as mudanças, a organização social e as demandas do território, com o intuito de não perder de vista as vulnerabilidades da Educação pública nesse panorama. Quando essas vulnerabilidades são normalizadas ou, ainda, ao culpabilizar os sujeitos que vivenciam uma cidadania precarizada, o que acontece é um pacto com as táticas perversas do capitalismo, em que os territórios de vida das pessoas são pensados como um espaço agregador de sujeitos sem condição ou mérito para a mobilidade social.

Nesse sentido, quando a desigualdade se manifesta na Educação, reverbera em toda a sociedade. Considerei, portanto, imprescindível analisar como as professoras da Rede Estadual de Ensino de Araquari/SC percebem e lidam com as desigualdades presentes no território, e de que forma essas desigualdades afetam sua prática educativa. Nesse rumo, surgiram os questionamentos: de que modo a vulnerabilidade social impacta as novas gerações de jovens, principalmente no que tange ao acesso e à permanência escolar? Quais são as lacunas no processo formativo que precisam ser abordadas? Como as desigualdades sociais e a vulnerabilidade do território de Araquari/SC afetam a formação docente e o processo educacional? Quais desafios os professores e alunos enfrentam na construção de um ensino de qualidade? Além disso, como as especificidades culturais, econômicas e sociais influenciam o processo educacional, tanto na formação docente quanto no cotidiano escolar?

Para responder a esses problemas, a pesquisa está organizada da seguinte maneira: inicia-se com a metodologia narrativa/biográfica, que explica como a coleta de dados foi realizada e como as experiências estão divididas. O

primeiro capítulo aborda minhas experiências pessoais e relatos sobre a vivência em território periférico. O segundo capítulo discute o território, com base nos conceitos e fundamentações teóricas de Santos (1996). O terceiro capítulo destina-se à análise de políticas públicas e economia, trazendo uma crítica à ideologia capitalista e à Educação voltada para o mercado de trabalho, com o suporte teórico de Sawaia (2019) e Laval (2023). O quarto subcapítulo pondera sobre a nova geração e a nova cultura, examinando como as professoras estão lidando com os jovens e os desafios dessa geração. O quinto subcapítulo trata do território, desigualdade e Educação, refletindo acerca dos principais fatores que afetam esse espaço. Finalmente, o trabalho culmina nas considerações finais.

Por adotar uma metodologia narrativa/biográfica, todo o material teórico é apresentado em primeira pessoa, buscando proporcionar ao leitor uma compreensão clara atinente ao processo de coleta de dados e às experiências vividas durante a pesquisa. A abordagem narrativa/biográfica possibilita o acesso a um vasto acervo de memórias, saberes e histórias, permitindo compartilhá-los por meio do diálogo, da conversa, da palavra e da escuta. Ao mobilizar processos reflexivos, quem narra se remete a um tempo, a um processo ou a algo que considera relevante compartilhar, pois reflete uma marca em sua história. Assim, segundo Delory-Momberger (2006), a narrativa/biográfica é composta por fragmentos de histórias, nos quais cada pessoa que narra revela as cenas de sua vida que considera importantes, funcionando como uma fonte de experiências, uma maneira de se conhecer e de ser reconhecido.

Nesse contexto, minha pesquisa ganha consistência através das experiências compartilhadas, dialogadas e discutidas. Ao aderir ao enfoque metodológico narrativa/biográfica, compreendo a relevância dessas experiências para entender a realidade e analisar as configurações do ensino dentro desse espaço social. Consoante afirmam os autores Abrahão, Cunha e Villas Bôas (2018), os diálogos podem ser um dispositivo metodológico, dado que, ao narrar suas experiências, os indivíduos têm a oportunidade de criar consciência de si mesmos, avaliar suas vivências e resgatar as significações.

A experiência refletida na narrativa é assimilada como um componente fundamental na formação do sujeito, de acordo com o que define a autora Delory-Momberger (2006), que aponta a pesquisa como um processo de escuta tanto de si quanto do outro. Nesse cenário, os encontros do Performa integram o

conhecimento científico ao vivencial, criando um espaço de troca e reflexão. Minha pesquisa se apoia nesse campo para avaliar as questões relacionadas ao sistema de ensino público dentro de um território periférico. Além das narrativas/biográficas, a investigação também contempla a análise de documentos e dados, que fortalecem e embasam as experiências compartilhadas.

As questões levantadas pelas professoras e por mim, a partir da narrativa de nossas experiências no percurso formativo, evidenciam os problemas centrais desta pesquisa: discutir a Educação no território periférico e os diversos fatores que influenciam e impactam o ensino local. Depreendo que, por se tratar de Araquari/SC, essas questões se tornam ainda mais significativas, considerando o território como vulnerabilizado.

Portanto, a pesquisa defende a ideia de que, para alterar a realidade desse território, é necessário promover mudanças nas políticas públicas, incentivar uma postura mais ativa da população na tomada de decisões sobre políticas sociais e reestruturar o sistema educacional. Como exposto por Sawaia (2003) e Laval (2017), a Educação, atualmente voltada às demandas do mercado econômico mundial, deveria ser ressignificada como um instrumento de emancipação e conscientização social.

3 OBJETIVOS DA PESQUISA

3.1 Objetivo Geral

Analisar o modo como as problemáticas territoriais podem atravessar os percursos de formação e as experiências docentes, tomando, para isso, narrativas de três professoras com trajetória no contexto de um território específico da Região do Litoral Norte Catarinense.

3.2 Objetivo Específico

1. Investigar como a formação docente e as experiências vividas no território de Araquari/SC influenciam as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados pelos educadores da região.
2. Analisar as condições sociais e educacionais do território de Araquari/SC, considerando a perpetuação das desigualdades e as lacunas nas políticas públicas voltadas para a Educação.
3. Refletir sobre a vivência de duas professoras da Rede Estadual de Ensino de Araquari/SC, participantes do percurso de formação continuada Performa, em diálogo com as experiências da pesquisadora, compreendendo as relações entre formação docente e os desafios sociais locais.

4 METODOLOGIA

Neste estudo, adoto uma abordagem teórica e qualitativa da narrativa/biográfica, considerando as perspectivas da Educação, do território, da formação docente e suas interfaces. Organizei a pesquisa de forma que cada capítulo trate de um tema específico, iniciando o material teórico com a minha própria narrativa e os atravessamentos que vivi no território de Araquari/SC, durante minha formação acadêmica, estágios e especialização.

A pesquisa narrativa possibilita integrar o conhecimento científico ao vivido ao longo da prática pedagógica, criando um espaço de escuta e promovendo uma narrativa intencionalmente formativa. Ao biografar meu papel social, revisito minha trajetória como sujeito em constante formação, em um processo de ressignificação que envolve o diálogo interior comigo mesma, assim como com o outro. Esse prisma viabiliza uma experiência que busca compreender os aspectos do processo formativo, como as experiências de ensino e aprendizagem, os desafios vivenciados no campo educacional e as interações entre os sujeitos envolvidos. Nesse processo, a narrativa se configura como um espaço de apropriação da minha própria história e identidade, que se constrói e se reconstrói ao longo do tempo, como assevera Delory-Momberger (2006, p. 361), ao explicar que “a prática de histórias de vida em formação fundamenta-se sobre a ideia de apropriação que o indivíduo faz de sua própria história ao realizar a narrativa de sua vida”.

A vivência retratada na narrativa é um componente essencial no meu processo formativo, mobilizando processos reflexivos que possibilitam a reinterpretção dos meus saberes e o reconhecimento das influências que essas experiências exercem nas interações sociais e culturais. Esse movimento permite-me entender as marcas deixadas pelas interações vividas, reconhecendo como promovem e potencializam minhas relações com o mundo e com os outros, além de possibilitar uma ressignificação do meu papel social. A prática de histórias de vida em formação se alicerça na apropriação da própria história, e é nesse processo que me reconheço, criando uma unidade no tempo e no espaço. Delory-Momberger (2006, p. 359) afirma,

A história de vida em uma dinâmica prospectiva que liga o passado, o presente o futuro do sujeito e visa fazer emergir seu projeto pessoal, considerando a dimensão do relato como construção da experiência

Delory-Momberger (2006, p. 366) apresenta a dimensão da temporalidade (passado, presente, futuro) como um projeto pessoal, que se destaca na ordem cronológica e inicia o meu processo formativo de tornar-me professora, adotando uma perspectiva tridimensional. O distanciamento reflexivo, como descreve Freire (1997, p. 13), oportuniza-me um olhar mais profundo sobre o passado, um “ato de curiosidade necessário”, que me permite entender as razões dos acontecimentos e suas conexões com a realidade social. Esse processo de análise crítica viabiliza-me compreender minhas experiências passadas sem a pretensão de mudá-las, mas com o intuito de ressignificá-las. Assim, como ressalta Delory-Momberger (2006, p. 365), ao pesquisar e reconhecer o passado, encontro “orientações para o futuro”, o que conduz e dá direção às escolhas e ao percurso que segui.

Nesse viés, trata-se de uma aventura epistemológica empírica, que retrocede ao ano de 2016, quando me matriculei no curso de Lica, no IFC, *Campus* de Araquari. Ainda como estudante, manifestei uma postura de pesquisadora, nutrida ao longo dos estágios supervisionados, mediando aulas para três turmas do Ensino Médio integrado com o Técnico em Agropecuária.

A observação despertava em mim uma memória consciente, sensível e afetiva dos alunos que ali estudavam, revelando facetas de um território que unifica pessoas, famílias e sonhos, ao mesmo tempo em que as desloca de suas cidades natais. Araquari/SC apresenta um crescimento exponencial ao longo dos anos, com a população a procura de oportunidades de emprego, moradia e Educação. Consciente de que o único modo de cursar o Ensino Superior seria saindo de Joinville/SC e buscando um ensino público de qualidade, demonstrava sensibilidade ao entender os problemas sociais e políticos presentes no território, e afetividade ao reconhecer a importância formativa que possibilitou meu crescimento. Nesse sentido, a formação envolve não apenas os saberes formais, mas também os saberes subjetivos e vivenciais que são fundamentais para o processo de aprendizagem.

Delory-Momberger (2006, p. 361) destaca que a formação através de histórias de vida se baseia no reconhecimento desses saberes internos, influenciando diretamente as relações dos sujeitos com o saber e com sua própria trajetória formativa.

[...] formação por meio das histórias de vida reside no reconhecimento – ao lado dos saberes formais e exteriores ao sujeito visados pelas instituições escolar e universitária – dos saberes subjetivos e não formalizados que os indivíduos colocam em prática nas experiências de suas vidas, em suas relações sociais e em suas atividades profissionais. Esses saberes internos possuem um papel primordial na maneira como os sujeitos investem nos espaços de aprendizagem, e sua conscientização permite definir novas relações com o saber e com a formação.

Minha postura narrativa/pesquisadora é evidenciada mediante os relatórios de estágio, os artigos produzidos, a pesquisa que embasou o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a monografia da Pós-Graduação em Agronomia. Todo o material teórico gera uma narrativa intencionalmente formativa, integrando o conhecimento científico com as experiências vivenciadas. Organizei essa produção na Tabela 1, que apresenta o título, o tipo de material teórico produzido e o ano. A experiência refletida na narrativa é considerada um componente formador de quem sou no processo de construção da minha postura, configurando as maneiras como ela se constitui em minha vida e nas minhas relações com a Educação.

Tabela 1 – Material teórico produzido durante o processo formativo

Título	Tipo	Ano
Reflexões sobre a prática pedagógica do Licenciado em Ciências Agrícolas e suas contribuições na formação do técnico agrícola	Relatório de estágio	2018
Opção pelo curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas e desafios formativos	Relatório de estágio	2018
Reflexão sobre o estágio supervisionado de observação	Relatório de estágio	2018
Estágio Supervisionado como experiência da prática docente aplicada no Ensino Agrícola/Rural	Relatório de estágio	2019
Reflexão sobre a prática educativa realizada no	Relatório de estágio	2019

estágio supervisionado de regência III		
Contribuição dos educandos para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem no campo das ciências agrícolas	Relatório de estágio	2019
O programa de estágio supervisionado e a prática docente do Licenciado em Ciências Agrícolas no âmbito do Ensino Agrotécnico	TCC	2019
O Curso de Agronomia no âmbito do Ensino Agrotécnico	Monografia	2021
Experiência do estágio de regência na formação do Licenciado em Ciências Agrícolas	Artigo	2019
A postura crítica docente como ferramenta reflexiva no Ensino Profissionalizante	Artigo	2023

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A narrativa foi construída a partir da experiência vivida em Araquari/SC e, com ela, da reapropriação da identidade, como processo formativo, por meio de episódios vivenciados nas funções de estudante, estagiária, professora e pesquisadora. Ao investir nessas nuances, meu olhar crítico e sensível sobre cada material produzido se traduz na transformação de novas interpretações e sentidos atribuídos a essas histórias. Compreender por que as experiências com o território de Araquari/SC me inquietam tanto é primordial, e Delory-Momberger (2006, p. 362) aponta essa reapropriação de identidade como:

O objetivo da 'reapropriação de sua história', para o qual converge a maior parte das formações pelas histórias de vida, tem como hipótese que há uma história e que esta tem um sentido, dito de outra forma, o sentido já possui o seu lugar e a tarefa da formação consiste em reencontrar, por trás ou sob aquilo que o dissimula ou o impede de vir à tona.

A narrativa se torna uma fonte privilegiada para minha pesquisa ao transformar experiências, histórias de vida, acontecimentos, relações e

temporalidades em um envolvimento profundo com o processo investigativo. Ela configura-se como uma partilha social dos atravessamentos que vivi no território de Araquari, realidade marcada pela juventude, pela experiência e pela formação docente. Esses elementos servem como ponto de partida para a construção de um relato sobre um tempo histórico de condições e desafios, os quais, ao serem revisitados, distanciam-se por meio da escrita, da leitura e da memória. Parto do pressuposto de compreender os elos entre a pesquisa e eu, em um exercício reflexivo de idas e vindas, que envolve a leitura, a releitura e a ressignificação do meu percurso formativo. Esse distanciamento dos momentos vividos, ao descrever e reconhecer o percurso, é ressaltado por Freire (1997, p. 22).

Os “olhos” com que “revejo” já não são os “olhos” com que “vi”. Ninguém fala do que passou a não ser na e da perspectiva do que passa. O que não me parece válido é pretender que o que passou de certa maneira devesse ter passado como possivelmente, nas condições diferentes de hoje, passaria. Afinal o passado se compreende, não se muda.

Retornar ao passado e compreender o tempo histórico, narrado de forma ética e política, implica reconhecer a importância do território como fonte das experiências que vivi. O tempo narrado, referente ao meu período formativo como licenciada, abrange os anos de 2016 a 2020. Com a conclusão do curso de Lica, da segunda Licenciatura em Pedagogia e da Pós-Graduação em Agronomia, a urgência em continuar pesquisando levou-me ao Mestrado em Educação na Univille.

Assim, tal como ocorreu durante a minha formação e a pós-graduação, a pesquisa chegou até mim por meio das experiências. A convite do orientador, Professor Doutor Allan Henrique Gomes, acompanhei sua turma de orientação de estágio da Psicologia. Os alunos integrariam o Projeto Performa como parte da pesquisa de campo para o TCC. Eles foram divididos em duplas e ficariam responsáveis por mediar o percurso formativo com duas professoras.

No primeiro contato com os alunos, fui profundamente impactada pelo movimento do estágio e pelo território onde ele aconteceria. Foi nesse contexto que recebi o convite para integrar o projeto. Assim como os estagiários de Psicologia, tive minha dupla, composta por uma estudante de Psicologia, e, juntas, encontramos duas professoras dispostas a participar do percurso

formativo, estruturado em dez encontros, divididos em cinco eixos: biográfico, trabalho, conceitual, estético e coletivo.

O eixo biográfico foi desenvolvido por meio da partilha, em que as participantes puderam falar sobre suas infâncias, percursos formativos e trajetórias até se tornarem educadoras. Esse percurso formativo, realizado com professoras que atuam na Educação pública de Araquari/SC, incluiu discussões críticas e reflexivas sobre questões como desigualdades sociais, problemas de políticas educacionais e demandas da escola e das famílias.

Cada eixo foi estruturado em duas etapas híbridas: seis encontros individuais com cada professora e quatro conjuntos, nos eixos conceitual e coletivo. No eixo trabalho, as professoras registraram fotografias do cotidiano profissional, que serviram como base para reflexões acerca de sentimentos e sentidos associados a essas imagens, promovendo discussões a respeito de suas experiências na prática docente. Essas ponderações foram debatidas durante os encontros, proporcionando um espaço para o diálogo e troca de experiências.

No eixo estético, dois encontros individuais ocorreram. Eu e minha parceira de pesquisa ficamos responsáveis por trabalhar com as professoras na construção de um mapa conceitual que sintetizasse os conceitos, diálogos e trocas realizadas durante todo o percurso formativo. Durante essa etapa, também houve visita à escola onde as professoras atuavam, explorando salas de aula, espaços de ensino e aprendizagem, laboratórios de informática e materiais didáticos dos alunos, enriquecendo a compreensão do contexto escolar. Por fim, no eixo coletivo, as professoras compartilharam os materiais produzidos no eixo estético e dialogaram entre si sobre a experiência e as aprendizagens do percurso formativo. Esse momento final possibilitou uma análise conjunta alusiva aos impactos e contribuições do processo para suas práticas pedagógicas.

A coleta de dados da pesquisa com as professoras de Araquari foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas, que combinaram um roteiro prévio com flexibilidade para explorar temas emergentes. O roteiro inicial englobava perguntas como: quando você decidiu se tornar professora? Qual professor/a mais marcou sua trajetória? Você tem algum professor/a na família? Como ocorreu a mudança para Araquari? entre outras.

Para cada encontro, foram elaboradas, em média, 15 perguntas. No entanto, a abordagem semiestruturada permitiu que as professoras compartilhassem questões do seu cotidiano, como o andamento do semestre escolar e outros tópicos relacionados ao percurso formativo. Essa dinâmica garantiu uma interação mais fluida e rica, propiciando a coleta de dados mais profundos e contextuais. Os encontros tiveram duração média de uma hora e meia, viabilizando tempo suficiente para abordar as perguntas principais e explorar aspectos adicionais que emergiram das narrativas das professoras.

No eixo conceitual, foi reservado um momento para que escolhessem um poema que dialogasse com suas experiências, além de tempo para um vídeo inspirado na obra *O Menino, a Toupeira, a Raposa e o Cavalo* (Canal Universo Animado, 2022). O vídeo, que reflete temas de amizade, apoio mútuo e aprendizado, foi uma ferramenta importante para facultar uma conversa profunda sobre o processo formativo delas.

Após cada encontro, todo o material audiovisual foi transcrito e arquivado. Os encontros foram realizados em uma sala virtual no Teams, gravados e armazenados na pasta do acervo Performa referente a 2023. Cada gravação e respectiva transcrição foram organizadas com a identificação do nome da professora e do eixo temático correspondente. Adicionalmente, foi criada uma pasta específica para armazenar as fotografias tiradas na escola, bem como aquelas enviadas pelas professoras. As narrativas foram transcritas com o objetivo de identificar temas recorrentes, permitindo uma análise aprofundada das experiências compartilhadas.

Esses documentos, imagens, áudios e transcrições fazem parte do acervo de pesquisa, e, após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH), o material foi organizado para análise. Todo o conteúdo passou por um tratamento preliminar, garantindo o sigilo da identidade dos participantes. O projeto Performa, iniciado em 2020, foi aprovado pelo CEPSH Univille, sob o parecer 4.357-090, gerando um acervo valioso para estudos. Esse acervo tem contribuído para a elaboração de TCC da Graduação em Psicologia e dissertações de Mestrado em Educação, estando vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Educação, Política e Subjetividade (NEPS). O Performa é uma investigação que busca aprofundar projetos de pesquisa com professores da rede pública de ensino, que aceitam participar voluntariamente de um percurso formativo.

Neste momento, minha pesquisa incluiu diálogos e narrativas de duas professoras da rede pública de Araquari/SC, com o compromisso ético de respeitar a confidencialidade. Ambas autorizaram o uso de todo o material coletado durante os encontros para a incorporação à pesquisa. Foram adotados nomes fictícios para preservar suas identidades. A professora Ana é formada em Pedagogia e Letras e, há três anos, trabalha em Araquari/SC como professora de Língua Portuguesa no Ensino Médio. A professora Maria, formada em Pedagogia e Educação Especial, atua como segunda professora em turmas do Ensino Médio na mesma escola em que Ana trabalha.

Minha pesquisa narrativa/biográfica adotou as conversas como dispositivo metodológico, integrando imagens, registros e documentos que não se alinhavam às normas técnicas convencionais. Estabeleceu uma relação entre narrativa e escuta – tanto de mim quanto do outro – como elementos formadores do sujeito, em que a narrativa socializou o indivíduo e individualizou o social. Na concepção de Delory-Momberger (2006, p. 369), “a atividade biográfica realiza assim uma operação dupla e complementar de subjetivação do mundo histórico e social e de socialização da experiência individual”.

Esse processo concerne em um tempo dedicado a narrar significados, contando a história do outro sem deixar de contar a minha própria, pois existem semelhanças nas memórias de vidas compartilhadas. Dessa maneira, é possível expressar com o outro os atravessamentos que nos habitam e que fazem parte de nossas histórias. Para ilustrar essas semelhanças, o Quadro 1 materializa os arquivos pessoais de ambas as narradoras.

Quadro 1 – Experiências acadêmicas e profissionais da autora e das professoras Ana e Maria



Fonte: Elaborado pela autora com base em arquivos pessoais e dados fornecidos pelas professoras Ana e Maria (2023).

A semelhança que, primeiramente, identificava, foi gradualmente substituída pela estranheza. Tentava justificar a escolha pela metodologia e pela pesquisa, acreditando que a aproximação se encontrava nas semelhanças. Contudo, foram as estranhezas, os afetos, que tornaram o território de Araquari/SC e as vivências nesse local as verdadeiras fontes de inquietação, impulsionando este relato. Delory-Momberger (2006, p. 365), ao abordar o projeto de si, descreve essa estranheza como “a crença depositada na ‘realidade’ da narrativa e a atitude de determinação que ele estranha (esta é a minha história e essa história explica o que eu sou)”.

A narrativa não é apenas um meio de contar a história do outro, mas de narrar a mim mesma, pois, ao narrar a história, estou sempre distanciada de mim mesma, refletindo sobre a forma como me conheço e sou reconhecida. Esse reconhecimento é definido por Delory-Momberger (2006, p. 362): “ela é a história que eu me atribuo e na qual eu me reconheço, é a que me convêm e à qual eu convenho, a versão ‘suficientemente boa’”. Esse distanciamento reflexivo faculta que me reconheça dentro da pesquisa, promovendo um processo potencialmente transformador, que intervém no entendimento da minha própria trajetória e das trajetórias dos outros. A compreensão dos elos entre o pesquisador e o pesquisado é um exercício contínuo de resignificação e reinterpretação dos caminhos que ambos percorrem.

Ao retomar minhas experiências passadas, a pesquisa trouxe à tona o espaço-tempo da vida, especialmente em sua dimensão narrativa. O processo

de narração foi um espaço onde a emergência interna, causada pelo ambiente e pelas interações sociais e culturais, contribuiu para a compreensão do passado, sem a pretensão de mudá-lo, porém com o objetivo de apreendê-lo. Esse movimento de retorno ao passado, com distanciamento e reflexão (de retorno sobre si), como frisa Delory-Momberger (2006), configura-se como um percurso formativo, um processo de construção de sentido, que envolve o reconhecimento das estruturas e marcas do que foi vivido.

A narrativa, nesse contexto, se fez um meio de transformar as memórias de formação em uma história de aprendizado, com os saberes, suas histórias e suas dimensões emancipatórias. Delory-Momberger (2006, p. 362) assevera que “a narrativa não é, portanto, somente o sistema simbólico no qual o pôr em forma da existência encontraria sua expressão: a narrativa é o lugar onde o indivíduo humano toma forma, onde ele elabora e experimenta a história de sua vida”, evidenciando como o ato narrativo é essencial na construção de identidade e sentido.

Os sujeitos, individuais e coletivos, ao partilharem suas trajetórias e experiências, constituem uma rede de diálogos que se entrelaçam e se alimentam mutuamente, transformando a própria pesquisa em um campo fértil de desdobramentos, com a possibilidade de um aprendizado contínuo e coletivo. A narrativa, ao ser vivenciada e recontada, potencializa a compreensão do passado e contribui para a construção de novos horizontes, que se materializam na experiência de quem a narra e de quem a escuta. Dessa forma, a pesquisa narrativa/biográfica possibilitou uma análise mais aprofundada das relações entre os sujeitos, o território e a prática docente, justificando a escolha dessa metodologia ao assimilar as experiências como parte essencial do processo formativo.

Como participante ativa desse processo, envolvi-me emocional e intelectualmente nas histórias compartilhadas. O caráter subjetivo da pesquisa exigiu uma postura reflexiva constante, a fim de compreender a interação entre as experiências dos sujeitos e as interpretações que emergiram da escuta e da análise. Sob uma perspectiva tridimensional, considerei o passado relacionado à minha formação docente; o presente representado pela troca com as professoras participantes; e o futuro, refletindo sobre as mudanças ocorridas no território de Araquari/SC durante esse espaço-tempo.

No retorno ao território de Araquari/SC, revisei o espaço e o IFC após três anos da conclusão do curso de Lica. Essa volta ocorreu no contexto da realização do estágio de docência, com uma carga horária de 32 horas, integrando pesquisa científica e práticas pedagógicas. O estágio foi desenvolvido com a turma do terceiro ano matutino do Ensino Médio, na Disciplina Ética e Atuação Profissional, do Curso de Psicologia, com o objetivo de repensar as práticas humanas em relação aos animais, especialmente aquelas da cadeia produtiva de alimentos, como os suínos.

Essa vivência me proporcionou uma análise mais ampla acerca de questões de políticas públicas, levando em conta os avanços e retrocessos ocorridos no território de Araquari/SC. Ademais, reforçou as experiências como parte basilar do meu processo formativo, enfatizando como os diferentes percursos de formação – o Lica, a Pedagogia, a Pós-Graduação em Agronomia e o Mestrado em Educação – articularam-se para a construção da minha identidade docente, consolidando meu papel como professora e pesquisadora.

A pesquisa, como sinaliza Souza e Meireles (2016, p. 142), questiona lógicas hegemônicas que, muitas vezes, “engessam, epistemológica e metodologicamente, o modo como olhamos os diversos objetos de pesquisa e construímos conhecimentos”. Nesse âmbito, ver, ouvir, sentir e partilhar histórias e experiências são como movimentos epistemológicos que “buscam superar a cegueira epistemológica”. Ao narrar suas histórias e tecer redes de significação de suas experiências, os narradores são capazes de produzir um “conhecimento de si” (Souza; Meireles, 2016, p. 287).

Além disso, a abordagem narrativa/biográfica oferece uma “teoria do social”, destacando como as pessoas entendem e resolvem seus problemas sociais e cotidianos, através das maneiras como vivem, experienciam e narram suas histórias individuais e coletivas. Isso permite acessar “mundos individuais e coletivos”, propiciando a construção de um “conhecimento de si”, tanto no âmbito ontológico quanto social. Essa metodologia, de acordo com Souza e Meireles (2016), torna-se uma forma de compreensão, revelando “modos de apreensão e interpretação do vivido”, a partir das histórias compartilhadas. Através do método (auto)biográfico e, por conseguinte, de suas perspectivas epistêmico-metodológicas, a experiência humana e suas (re)significações são apreendidas como estruturas fundantes do processo de narrar. Essa ótica é aprofundada por Souza e Meireles (2016, p. 290), que ilustra como a produção

da narrativa se transforma em um ato ontológico: “os sentidos produzidos pelos sujeitos sobre si e sobre seus mundos sociais revelam modos de apreensão e interpretação do vivido”.

Essa perspectiva metodológica integra a formação e a experiência, promovendo um espaço de (re)significação e construção de saberes, como enfatiza Delory-Momberger (2006), ao tratar da “temporalidade biográfica”, que denota como o modo vivido e o narrado se entrelaçam, oferecendo possibilidades de interpretação e transformação das trajetórias de vida.

5 MINHAS REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO EM ARAQUARI/SC

Iniciei esta pesquisa investigando minhas experiências pessoais, abordando a possibilidade de me distanciar das minhas vivências para analisá-las criticamente. Essa etapa está organizada conforme o percurso da pesquisa *Performa*, apresentando reflexões, pensamentos e questionamentos semelhantes aos realizados com as professoras participantes. A organização é cronológica, a partir dos principais acontecimentos da minha trajetória de vida no território de Araquari.

Um dos maiores desafios desta investigação consistiu em partir da minha própria história, expondo acontecimentos e opiniões sobre fatos que já ocorreram e que, de alguma forma, marcaram minha trajetória. Com isso, apresento a primeira pergunta feita no encontro a respeito do eixo biográfico: como você se tornou professora? Esse processo de recontar a história pessoal envolve mais do que simplesmente recordar os acontecimentos, pois, como defendem os estudos sobre narrativas, a maneira de contar a vida é exposta através da linguagem e da interpretação. Nessa esfera, Delory-Momberger (2006, p. 361) explica:

A narrativa não entrega os 'fatos', mas as 'palavras': a vida recontada não é a vida. Essa constatação tão simples e, ao mesmo tempo, tão difícil de se compreender, tão forte é a ilusão do realismo da linguagem, merece ser constantemente lembrada.

Não fui uma pessoa que tivesse uma ideia clara do que gostaria de fazer quando crescesse. Quando me perguntavam, sempre respondia algo diferente: médica, professora, piloto de kart, estilista. Mesmo no último ano do Ensino Médio, a indecisão tomava-me e precisei fazer um teste vocacional para decidir quais vestibulares prestar. O teste indicou Arquitetura, Design de Interiores e Pedagogia. Contudo, na época, eu e minha família não tínhamos condições financeiras para pagar uma faculdade particular ou para mudar de cidade e arcar com os custos de moradia, transporte e alimentação. Assim, utilizei minha nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para ingressar no curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, oferecido pelo IFC, *Campus Araquari*.

A escolha pela licenciatura não foi uma decisão planejada, mas uma oportunidade de inserção no Ensino Superior. O IFC, *Campus Araquari*, está

localizado às margens da BR-280 e recebe alunos de várias cidades. Oferece desde o Ensino Médio integrado com o técnico até cursos superiores, pós-graduação e internato. Para muitas famílias da região, é uma oportunidade importante, pois oferece alimentação, internato para os meninos e preparação para o mercado de trabalho.

O IFC foi uma das instituições pioneiras no ensino agrícola em Santa Catarina. Inicialmente, era a Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira e, em 1968, passou a ser vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A maior transformação ocorreu em 2008, com a criação da Lei n. 11.892, que estabeleceu os Institutos Federais, originando o que conhecemos hoje como o IFC, que integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFC, 2025).

Ao ingressar no IFC, em 2016, comecei no curso de Lica, oferecido no período noturno, e tinha como objetivo formar profissionais para atuar na docência na Área das Ciências Agrárias em diversos níveis de ensino (IFC, 2025). A instituição também oferece cursos de Bacharelado em Medicina Veterinária, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Química e Tecnologia em Redes de Computadores.

Escolhi o Lica, uma vez que, minha cidade natal, Mafra/SC, é predominantemente agrícola, e meu Ensino Infantil ocorreu em uma escola com vertentes rurais. Portanto, havia uma identificação maior com o curso. Não optei por Medicina Veterinária, haja vista que precisava trabalhar, e o Curso de Medicina Veterinária tinha carga horária integral, enquanto o Lica era oferecido no período noturno.

O Lica é muito procurado por jovens e adultos que buscam uma formação superior e sua oferta no ensino noturno também permite conciliar com o trabalho. Todavia, o acesso à instituição é um desafio, o IFC está situado à margem da BR-280, que conecta Araquari/SC a cidades litorâneas, e o trânsito intenso dificultava o acesso. Além disso, muitos alunos ingressam no curso buscando uma formação técnica, não necessariamente voltada para a docência, o que resultava em evasão escolar, especialmente quando começam os estágios supervisionados.

O curso do Lica foi desenvolvido para atender um nicho específico de trabalho: à docência na área rural. No entanto, em Araquari/SC, a única instituição com essa vertente rural é o IFC, enquanto Joinville/SC possui apenas

uma escola agrícola, a Escola Agrícola de Pirabeiraba, que contrata profissionais para atuar nessa área. Essas questões são evidentes nos relatos pessoais dos alunos, que assinalam a falta de oportunidade de trabalho, a infraestrutura precária das estradas de acesso à instituição e a falta de identificação com a grade curricular como fatores que contribuem para a evasão.

Quando ingressei no Lica, em 2016, éramos quase 40 alunos. No final do curso, após quatro anos, somente seis se formaram comigo. Muitos desistiram quando os estágios supervisionados começaram. Eu mesma cheguei a trancar o curso por um mês, pois não conseguia encontrar emprego na área, e os desafios para chegar à Instituição e me manter lá quase me fizeram desistir.

A falta de inserção no mercado de trabalho é um dos principais fatores que afetam os alunos, dado que a instituição atende principalmente a estudantes de classes sociais mais baixas, os quais dependem de um emprego para se manter e continuar os estudos. Aqueles que conseguem se inserir no mercado de trabalho enfrentam a difícil tarefa de conciliar o estudo com as responsabilidades profissionais.

No meio do curso, quando começaram os estágios supervisionados, consegui um estágio remunerado em uma empresa de clonagem de plantas. Trabalhava das sete horas às 12 horas, em seguida, rapidamente me deslocava para a rodoviária a fim de pegar o ônibus, já que o estágio obrigatório começava às 13 horas. O trajeto de Joinville/SC a Araquari/SC levava em média uma hora, o que me impossibilitava de almoçar. Chegava na instituição e passava a tarde inteira nos estágios obrigatórios, com os alunos e os animais. Às 17 horas, retornava para casa, jantava e tomava banho, pois às 18 horas e 30 minutos precisava pegar o ônibus novamente para as aulas da faculdade, que iam até às 22 horas e 30 minutos. Essa rotina exaustiva foi um desafio constante.

Nesse cenário, é possível perceber os desafios significativos enfrentados por muitos estudantes ao ingressarem no Ensino Superior e, especialmente, ao permanecerem nele até a conclusão do curso. Consoante uma análise do Tribunal de Contas da União (TCU), realizada entre 2010 e 2017, a taxa de evasão nas universidades federais atingiu 36%, indicando que mais de um terço dos estudantes abandonaram seus cursos antes da conclusão (TCU, 2017). Esse dado reflete um problema recorrente nas instituições de Ensino Superior, que se estende para diversas regiões do Brasil, salientando a complexidade do processo de permanência acadêmica. Em Santa Catarina, especificamente o

Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp, 2024), relatou que, no mesmo ano, a taxa de evasão nos cursos presenciais foi de 24,8%, sobrelevando-se como uma realidade que demanda estratégias adequadas para garantir que os estudantes não só ingressem nas instituições, porém, também se mantenham nelas até a formação. Esses números são indicativos de que, além de promover o acesso, é imprescindível desenvolver políticas públicas e educacionais focadas na permanência estudantil, levando em consideração as especificidades regionais e institucionais, bem como os diversos fatores que impactam a trajetória dos alunos, como questões financeiras, familiares, de infraestrutura e da necessidade de inserção no mercado de trabalho.

Ao refletir sobre minha própria experiência no curso de Lica, no IFC, é possível inferir como essas dificuldades se manifestam na realidade cotidiana dos estudantes. Embora tenha concluído o curso há quatro anos, em 2024 ainda recebi e-mails institucionais com questionários enviados pela Instituição, objetivando coletar informações sobre a situação dos ex-alunos. As questões abordavam, entre outros pontos, se os formados haviam conseguido ingressar no mercado de trabalho, se tinham optado por continuar seus estudos em outra faculdade ou realizado pós-graduação. Essa prática de acompanhamento pós-formatura alude a uma preocupação institucional crescente atinente aos índices de evasão e à inserção dos egressos no mercado de trabalho, algo que, sem dúvida, impacta diretamente o sucesso e a relevância do curso oferecido.

Outra questão relevante relacionada ao curso de Lica diz respeito à limitada aceitação dessa formação nos concursos públicos e processos seletivos, dificultando a inserção dos egressos em diversas áreas do mercado de trabalho. Muitos concursos e seleções não reconhecem a Licenciatura em Ciências Agrícolas como um requisito válido para atuar em áreas como Ciências, Agroecologia, Zootecnia, entre outras, apesar de os conteúdos congêneres estarem amplamente contemplados na grade curricular do curso. Isso coloca os licenciados em uma situação de restrição, posto que se veem obrigados a buscar oportunidades somente em seletivos e concursos específicos, como os oferecidos pelo próprio IFC e pela Escola Agrícola de Pirabeiraba, que, por sua vez, já não possui mais vagas suficientes para alocar todos os novos formandos.

Essa situação espelha a desarticulação entre a formação acadêmica oferecida pelas instituições e as políticas educacionais públicas que, muitas vezes, não estão alinhadas com as reais necessidades dos estudantes e das

comunidades em que estão inseridos. O curso de Lica, ao ser voltado à formação de professores para a Educação Básica, acaba tendo suas possibilidades de atuação profissional restringidas por uma oferta limitada de vagas no setor público, ademais da falta de reconhecimento para atuar em áreas afins, como Agroecologia e Ciências Ambientais, por exemplo. A consequência disso é que, em vez de se promover uma Educação que prepare os estudantes para uma inserção plena e diversificada no mundo do trabalho, as políticas educacionais acabam criando barreiras, restringindo as opções profissionais e forçando os formados a se adaptarem a um mercado de trabalho que não absorve, de forma adequada, as habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da formação.

Essa dificuldade de inserção no mundo do trabalho é uma experiência vivida por muitos alunos, como no meu caso, que, ao longo do curso, vi minha trajetória profissional ser impactada pela falta de oportunidades. Recordo-me de uma situação que exemplifica essa realidade. Quando estava no meio do curso de Lica, prestei, juntamente com mais quatro colegas, uma prova do processo seletivo da Escola Agrícola de Pirabeiraba, porque sabíamos que demorariam a chamar. Entretanto nem imaginávamos que levariam anos, só fui chamada em 2023, quando já tinha mudado de área profissional. Esse relato ilustra a angústia de muitos graduados que, embora se dediquem à formação acadêmica, encontram dificuldades em ingressar no mercado de trabalho dentro da área para a qual se prepararam.

A espera prolongada por uma oportunidade de trabalho, aliada à necessidade de buscar alternativas profissionais para sustentar-se, é um fator que contribui para a desmotivação e a evasão de muitos alunos do curso. A falta de reconhecimento da Lica em processos seletivos mais amplos também pode levar a uma desvalorização da profissão e, conseqüentemente, a uma menor atratividade do curso para futuros estudantes. A crescente exigência por especializações técnicas e a pouca valorização da formação docente nas áreas rurais intensificam esse problema, criando um ciclo que dificulta ainda mais.

Os estudantes até têm opções de cursos, mas essas opções, na maior parte das vezes, não são bem planejadas, estruturadas ou adaptadas à realidade específica do território e das condições dos alunos. Existe uma lacuna significativa entre o que é oferecido pelas instituições de ensino e as necessidades reais dos estudantes, precipuamente nas áreas rurais, onde as dinâmicas econômicas e sociais são bastante diferentes das encontradas nos

grandes centros urbanos. Essa desconexão entre a formação acadêmica e a realidade do mercado de trabalho revela um problema estrutural do sistema educacional que, normalmente, não leva em conta as especificidades regionais, culturais e sociais, prejudicando a permanência e o sucesso dos alunos em suas trajetórias educacionais.

Nessa toada, é fundamental considerar o contexto do sistema capitalista que, ao priorizar a valorização da produção agrícola, coloca o agronegócio como uma das principais bases da economia brasileira. Esse modelo econômico, profundamente enraizado nas lógicas de exploração e concentração de poder, garante lucros ao setor, contudo, por outro lado, não proporciona a mesma valorização à profissão docente, especialmente nas áreas rurais. A Educação, de modo geral, continua sendo negligenciada, e os professores enfrentam baixos salários, falta de investimento em formação continuada e precarização das condições de trabalho. Essa realidade mostra uma desvalorização da Educação enquanto um bem público essencial para a transformação social. Nesse viés, Sawaia (2018, p. 184) observa que “o governo se mistura a um universo individualista e utilitarista e, nesse mundo dos indivíduos privados, já não existe política e o bem comum é substituído por bem-estar individual”.

O contraste entre o curso de Lica e o Curso Técnico em Agropecuária oferecido pelo IFC enfatiza a falha estrutural no modelo educacional vigente. O Lica, ao focar na formação de professores para a Educação Básica, é mal articulado com as necessidades do território, levando à evasão e à frustração dos alunos, que não encontram facilmente oportunidades de trabalho na área. A docência nas Ciências Agrárias, ao revés da formação técnica voltada à atuação prática, não é valorizada pela sociedade e pelo sistema educacional, gerando um ciclo vicioso em que a Educação se torna cada vez mais desajustada e limitada.

Enquanto isso, o Curso Técnico em Agropecuária, com foco em habilidades práticas, é muito mais ajustado às demandas imediatas do mercado, particularmente do agronegócio. O perfil técnico é mais requerido pelas indústrias alimentícias e pelas empresas rurais, propiciando uma rápida inserção dos alunos no mercado de trabalho. No entanto, essa valorização do aspecto técnico não pode ser confundida com a ideia de que a Educação deve estar a serviço das exigências imediatas do mercado. O problema reside no fato de que, ao acentuar a formação técnica, o sistema educacional acaba desvalorizando a

formação humanística, crítica e reflexiva, elementar à construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Essa realidade é amplamente criticada por Laval (2023), que aponta a crescente prevalência do “capital humano” e da “cultura corporativa”, em detrimento da formação cidadã e do senso crítico.

De fato, está cada vez menos em causa o “senso crítico” e a “formação do cidadão”, e cada vez mais o “capital humano” e a “cultura corporativa”. A Educação é cada vez mais considerada como um bem amplamente privado pertinente a um discurso econômico padronizado; o aluno e o estudante são vistos como consumidores; o objetivo da eficácia econômica prevalece sobre o da emancipação humana (Laval, 2023, p. 18).

O ponto de crítica aqui é a forma como o sistema capitalista organiza a relação entre trabalho e Educação. Ao invés de valorizar adequadamente as profissões que, de fato, contribuem para o desenvolvimento social, como a docência, cria um ciclo em que as áreas mais lucrativas e voltadas para o mercado recebem toda a atenção e os investimentos, enquanto a Educação, principalmente a pública e voltada para áreas de ensino crítico e reflexivo, permanece subvalorizada. A Educação não deve se adequar cegamente às exigências do mercado de trabalho, mas ser uma ferramenta de transformação social.

Minha trajetória formativa pode parecer um tanto confusa, pois, logo após concluir o curso de Lica, iniciei uma Pós-Graduação em Agronomia e, simultaneamente, uma segunda Licenciatura em Pedagogia. Esse movimento reflete o desespero que senti em minha busca por uma inserção profissional. Cursar a pós-graduação poderia ampliar minhas possibilidades de atuação nas áreas rurais. Caso essa opção não fosse viável, procurei na Licenciatura em Pedagogia uma alternativa para garantir minha permanência no mercado de trabalho, tentando diversificar minhas qualificações e aumentar as chances de encontrar um caminho profissional.

Muitos jovens enfrentam a pressão das famílias para ingressarem no mercado de trabalho o mais rápido possível e contribuírem com a renda familiar. Isso é um espelho das estruturas sociais e econômicas em que estão inseridos, nas quais o trabalho e a geração de lucros se tornam uma prioridade. Desde cedo, são condicionados a enxergar o trabalho como a principal maneira de validar sua existência e conquistar a independência financeira. A sociedade, imersa em uma cultura profundamente voltada para o consumo e para o

crescimento econômico, reforça constantemente essa ideia, transformando a busca incessante por emprego e a obtenção de dinheiro em uma das principais preocupações da maioria das pessoas.

O sistema econômico atual, pautado pelo capitalismo, não só impõe a necessidade de trabalhar para garantir sobrevivência, como faz acreditar que identidade e valor estão diretamente ligados à capacidade de gerar lucro e produzir. Em um panorama em que o ensino é constantemente moldado em torno das exigências do mercado, é difícil escapar da pressão que obriga a ser “produtivo”. Desde a juventude, os jovens são, muitas vezes, direcionados a escolhas profissionais que garantam uma rápida inserção no mercado de trabalho, deixando de lado seus sonhos e ambições.

Demorei seis meses para conseguir um emprego após concluir o curso de Lica. Na realidade, foi uma amiga da minha mãe quem me ajudou a encontrar a vaga, que era para o cargo de auxiliar administrativo. Com esse primeiro emprego, paguei tanto a Pós-Graduação em Agronomia quanto a segunda Licenciatura em Pedagogia. Não demorou muito para que eu começasse a realizar os estágios na Área da Pedagogia, com foco na Educação Infantil. Logo fui contratada, pois há uma demanda considerável por profissionais nessa área. Isso acabou me afastando progressivamente das áreas agrícolas, à medida que fui encontrando mais oportunidades e estabilidade no campo da Educação Infantil.

Essa transição, embora natural, retrata a realidade de muitos profissionais que, por diversas circunstâncias, acabam migrando para áreas distintas daquelas para as quais foram originalmente formados. A procura e as oportunidades de trabalho, geralmente, têm um peso mais significativo do que as expectativas iniciais, direcionando a carreira para áreas que oferecem maior estabilidade. No meu caso, a Educação Infantil apresentou-se como uma opção com mais possibilidades de inserção profissional, distanciando-me das áreas agrícolas, mesmo tendo investido em minha formação nessa área.

Mudar de área profissional gerou em mim a sensação de impotência, de ter dedicado tanto esforço e feito tantos sacrifícios em uma formação para a qual não consegui atuar. Infelizmente, essa não é uma realidade exclusiva dos educandos do curso de Lica; outros cursos enfrentam dificuldades semelhantes, e é comum encontrar pessoas trabalhando fora da sua área de formação. O mercado de trabalho, cada vez mais saturado, resulta em uma crise econômica

e um aumento no desemprego. Isso se deve, em parte, ao fato de que, como Laval (2023, p. 19) notabiliza, “as desigualdades educacionais estão sempre intimamente correlacionadas com as desigualdades sociais”. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) confirmam esse cenário, realçando a crescente preocupação com a saturação de certos setores do mercado e a dificuldade de inserção profissional em diversas áreas. Essa dinâmica reflete as desigualdades que permeiam o sistema educacional e profissional, em que nem todos conseguem ter acesso às mesmas oportunidades, apesar de seus esforços e formações.

A profissão docente tem perdido espaço para a nova lógica de trabalho imposta pelo capitalismo. É possível observar, maiormente no setor educacional, empresas que comercializam Educação se adaptando a essa lógica, direcionando suas ofertas cada vez mais para modalidades como o ensino a distância, vídeo aulas e *e-books*. Embora esse modelo tenha ganhado popularidade, sobretudo após a Pandemia de Corona Vírus Disease 2019 (Covid-19), dados do Semesp (2024) indicam que a taxa de evasão do Ensino Superior na modalidade Educação a Distância (EaD) é ainda maior do que no ensino presencial, com uma taxa de evasão de 31,1%. Esse dado corrobora a crítica à adoção generalizada de modelos de ensino que, embora sejam considerados mais baratos e acessíveis, muitas vezes não atendem às necessidades pedagógicas dos estudantes, contribuindo para um aumento na desistência dos cursos e, conseqüentemente, limitando as possibilidades de formação.

Não escolhi a docência como profissão, preliminarmente, porém, encontrei-me na área durante os estágios supervisionados. Ao contrário de muitos colegas, gostei imensamente de dar aulas para o Ensino Médio. Ademais, a Educação Infantil também se tornou uma área especial. Apesar de a inserção no mercado de trabalho ser mais fácil nessa área, as dificuldades relacionadas aos concursos públicos permanecem as mesmas. Os concursos, na região em que vivo, frequentemente oferecem um número muito reduzido de vagas, o que não corresponde às reais necessidades das escolas públicas. Isso ocorre porque as políticas educacionais parecem priorizar a contratação de profissionais temporários, uma medida para reduzir encargos e custos, não atendendo às exigências de uma Educação de qualidade, nem oferecendo a estabilidade necessária para os profissionais da área.

A falta de investimento e valorização profissional é um problema central no contexto educacional, refletindo uma realidade que atinge diversas áreas, especialmente à docência. Quando analiso a Educação, vejo que o investimento financeiro em formação continuada, infraestrutura e condições de trabalho é insuficiente, prejudicando diretamente a qualidade do ensino e a motivação dos profissionais da Educação. A falta de valorização vai além da ausência de remuneração adequada, envolvendo também a falta de reconhecimento social e profissional, e a escassez de oportunidades de crescimento na carreira.

Dos seis colegas que se formaram comigo, somente quatro permanecem na área da Educação e um seguiu atuando na Educação Rural. Os outros acabaram mudando completamente de área profissional. Foi avaliando minha própria experiência e a de meus colegas que decidi ingressar no Mestrado em Educação. Pela primeira vez, tomei essa decisão não por necessidade, mas porque realmente tinha vontade de seguir esse caminho.

Dados recentes indicam um crescente interesse dos jovens, em Santa Catarina, por cursos técnicos. No primeiro semestre de 2024, mais de 31 mil estudantes se matricularam em cursos técnicos da rede estadual, impulsionados por programas que oferecem opções nas áreas de Administração, Logística e Marketing. O elevado número de matrículas em cursos técnicos repercute a busca por qualificação prática, alinhada às exigências do mercado de trabalho. Essa tendência, todavia, está relacionada a uma concepção utilitarista da Educação, em que o foco na empregabilidade se sobrepõe a outras dimensões formativas. Acerca disso, Laval (2023, p. 19) reitera:

Em outras palavras, a concepção utilitarista dos estudos e o objetivo da empregabilidade constituiriam o caminho democrático por excelência. Um novo malthusianismo vergonhoso impôs-se, assim, pouco a pouco, aquele das “competências” e da “base curricular” que se casou prontamente com o produtivismo dominante.

Nessa linha, indo na contramão das tendências mundiais, minha experiência formativa se expande com o ingresso no Mestrado em Educação. Ao retornar à formação continuada na área da docência, intenciono pesquisar de forma consciente e aprofundar as reflexões e a conscientização crítica concernente às realidades que vivencio.

Tive excelentes professores durante minha formação, que sempre incentivaram o estudo de obras e teorias de pensadores como Paulo Freire e

Dermeval Saviani, além de estimular o exercício constante da reflexão. Durante meus estágios supervisionados, era desafiada a ponderar a respeito de cada experiência: desde a observação até o planejamento e a intervenção. Acredito que isso tenha influenciado, de certa maneira, minha trajetória rumo à pesquisa. Quanto mais me aprofundava nos estudos, mais percebia o quanto ainda precisava aprender, reconhecendo-me em um processo contínuo e inacabado. Esse sentimento é algo que me conecta à famosa citação de Freire:

Eu pesquiso porque indago, e indagando me torno um pesquisador. Pesquisar é um ato de indagação, e todo ato de indagação tem como fundamento a dúvida, o questionamento, a busca. Quanto mais pesquisamos, mais nos damos conta de que o saber é um processo inacabado, sempre em movimento (Freire, 2002, p. 33).

As pesquisas, a formação continuada e o Mestrado me conduziram de volta ao território de Araquari/SC, onde tive a oportunidade de realizar o estágio de docência.

No estágio de docência, propus para uma turma de Psicologia uma visita ao IFC, *Campus Araquari*, com o intuito de proporcionar aos alunos uma experiência prática em uma granja de animais. O IFC conta com diversas Unidades de Ensino e Aprendizagem (UEAs) dedicadas a aulas práticas, extensão e pesquisa. A proposta era levar a turma, que estava estudando Bioética, a compreender a relação do homem com os animais, um campo com escassez de estudos, uma vez que a maioria das pesquisas se concentra na interação entre os seres humanos. Durante a visita, os alunos puderam observar o funcionamento de um sistema produtivo de suinocultura, analisando práticas, manejos e procedimentos realizados pelos seres humanos a fim de comercializar esses animais para consumo. Essa experiência possibilitou uma reflexão sobre as questões éticas envolvidas na relação entre o homem e os animais, ampliando o entendimento dos alunos a respeito da complexidade desse tema.

A UEA de Suinocultura do *Campus Araquari*, enquanto estivemos realizando o estágio, comemorou o início do funcionamento de sua nova sala de maternidade, equipada com gaiolas individuais de bem-estar animal, uma inovação pioneira na América Latina e no Brasil. Essas gaiolas propiciam que as fêmeas tenham liberdade de movimento, oferecendo um espaço maior, de 4,8m², viabilizando que a matriz faça o ninho antes do parto e interaja com seus leitões

após o nascimento. Entretanto, esses sistemas alternativos apresentam taxas de mortalidade por esmagamento mais altas que os tradicionais, gerando um campo de pesquisa para reduzir esse índice e entender melhor o comportamento das matrizes. O principal desafio das instalações inovadoras é equilibrar o bem-estar dos animais e dos manejadores, garantindo um ambiente seguro para o parto e a assistência adequada (IFC, 2025).

Os Institutos Federais têm alcançado um significativo avanço nas práticas de ensino, pesquisa e extensão, destacando-se pela contribuição para o desenvolvimento de soluções inovadoras nas mais diversas áreas do conhecimento. O IFC de Araquari, por exemplo, oferece oportunidades valiosas para o desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão por meio de suas UEAs, que contam com infraestrutura adequada, profissionais qualificados, técnicos, médicos veterinários e parcerias com cooperativas. Essas unidades, que incluem ambientes com animais e laboratórios, são fundamentais para a ampliação das pesquisas nas áreas relacionadas ao bem-estar animal.

Contudo, uma realidade desafiadora emerge no que diz respeito ao financiamento dessas pesquisas. Embora as pesquisas nas áreas de bem-estar animal tenham importância social e científica, elas enfrentam limitações quando comparadas a áreas de pesquisa voltadas diretamente à geração de lucro. Grandes empresas, que frequentemente financiam estudos em instituições públicas de Ensino Superior, tendem a priorizar investimentos em pesquisas que ofereçam retorno financeiro. Nesse âmbito, as pesquisas acerca do bem-estar animal, que não têm um impacto direto sobre a rentabilidade das empresas, acabam recebendo menos atenção e apoio financeiro. O foco, nessas pesquisas, pode resultar em um aumento no tempo de permanência dos animais na cadeia produtiva, o que implica em custos adicionais, algo que desestimula investimentos privados.

Com os recentes cortes orçamentários na Educação, que afetaram em 30% o orçamento de universidades e Institutos Federais, em 2019, e 16,6%, em 2020, o IFC tem enfrentado dificuldades para manter suas UEAs em funcionamento. Segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes, 2025), o orçamento destinado a universidades e Institutos Federais foi reduzido em cerca de R\$ 3 bilhões, impactando a alimentação adequada dos animais e a continuidade das pesquisas. A falta de recursos também resultou no fechamento de algumas

UEAs. Esses cortes têm gerado uma crescente precarização das condições para o desenvolvimento acadêmico e científico, comprometendo não apenas a formação dos alunos, mas também a geração de conhecimento relevante para a sociedade.

Portanto, é crucial que as políticas públicas de fomento à pesquisa e Educação sejam fortalecidas, principalmente em áreas de importância social. O incentivo à pesquisa em bem-estar animal, por exemplo, beneficia a sociedade como um todo, promovendo práticas mais sustentáveis e éticas na produção animal. Nesse sentido, o apoio governamental e o estabelecimento de parcerias com o setor privado, que compreendam o valor a longo prazo dessas pesquisas, são essenciais para garantir a continuidade e o sucesso de projetos como esse nas instituições federais.

Analisar minha experiência formativa foi revisitar um espaço-tempo específico e refletir sobre os acontecimentos que marcaram meus quatro anos como estudante de Lica, bem como as experiências recentes no estágio de docência. Esse exercício foi marcado por um misto de sentimentos: a satisfação por retornar à instituição como egressa e poder contribuir, de certa forma, com minhas pesquisas e estudos; e a tristeza ao perceber que questões profundas de desigualdade social e as influências da cultura global ainda predominam nesse contexto.

Esse cenário reforça a pertinência de políticas públicas mais robustas de fomento à pesquisa e Educação, singularmente em áreas de relevância social. O incentivo à pesquisa em temas como o bem-estar animal, por exemplo, não só beneficia a sociedade como um todo, como contribui para práticas mais sustentáveis e éticas na produção animal. Nesse prisma, o apoio governamental e a construção de parcerias com o setor privado, que entendam o valor a longo prazo dessas iniciativas, são primordiais para garantir a continuidade e o sucesso de projetos significativos nas instituições federais.

6 TERRITÓRIO

A pesquisa que desenvolvi aconteceu no território de Araquari/SC, um espaço cuja materialidade, concretude e empiricidade desempenham um papel elementar na compreensão das condições de realização da vida social. Minha análise envolveu interpretações qualitativas de documentos, dados populacionais, aspectos econômicos, educacionais e as heranças socioterritoriais que influenciam esse lugar, configurando-o como um espaço habitado e vivido.

Nessa direção, busquei refletir sobre o papel do espaço no processo social, destacando sua metamorfose ao longo do tempo e as implicações das mudanças históricas. Essa compreensão de espaço é abordada por Santos (1996), que o concebe como um conjunto de sistemas de objetos e ações interligados, nos quais se articulam diversas dimensões sociais e históricas.

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. [...] E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização (Santos, 1996, p. 18).

Com 148 anos de história, Araquari/SC foi colonizada por açorianos, mas sua realidade histórica revela uma ocupação por indígenas, africanos e europeus, formando um mosaico cultural. Esse fenômeno expressa as heranças socioterritoriais que atribuem valor ao espaço, resultado do conjunto de interações sociais ao longo do tempo. A configuração territorial de Araquari/SC é fortemente influenciada pela BR-280, que conecta a cidade a polos industriais, como Joinville/SC, e a cidades portuárias e litorâneas, como São Francisco do Sul/SC e Barra Velha/SC. Isso demonstra como a sociedade opera no espaço geográfico, utilizando sistemas de transporte, comunicação e infraestrutura urbana para configurar o território.

Santos (1996, p.20) evidência:

[...] também emerge das condições do mundo contemporâneo, mostrando como a marcha do capitalismo, além de ensejar a difusão da racionalidade hegemônica nos diversos aspectos da vida

econômica, social, política e cultural, conduz, igualmente, a que tal racionalidade se instale na própria constituição do território.

Esse processo se reflete na forma como Araquari/SC, por meio de sua infraestrutura, integra-se aos sistemas econômicos mais amplos, moldando o território de acordo com os interesses do mercado e da lógica capitalista.

O município deixou de ser apenas um produto cultural e passou a ser também um produto técnico, com uma localização privilegiada para logística terrestre. Sua área total de 383,993 km² atrai o mercado imobiliário devido ao custo mais baixo em comparação com cidades vizinhas, como Joinville/SC. A instalação de indústrias, como a BMW, evidencia a subordinação do espaço ao serviço do capital, sendo a força do lugar instrumentalizada para atender a interesses econômicos globais, desconsiderando as condições da vida social local. Essa dinâmica aprofunda as contradições, resultando no acirramento das desigualdades e na concentração de recursos e políticas econômicas em torno de um modelo que privilegia a busca desenfreada pelo lucro. Nesse contexto, Joerges (1988, p. 136) define como “reverse saliente, ou seja, são anomalias técnicas ou organizacionais que resultam da elaboração desigual ou da evolução desigual de um conjunto e de tal maneira que, quando uma parcela progride, uma outra se atrasa”.

Enquanto algumas partes avançam, outras permanecem em atraso, originando contradições estruturais. Essa ideia dialoga com a perspectiva de Santos (1996), que critica a instrumentalização do espaço técnico ao serviço do capital. Para Santos (1996), o avanço técnico, em vez de promover a democratização do acesso a recursos e a melhoria das condições de vida, constantemente aumenta desigualdades, subordinando o local às dinâmicas globais e ignorando as demandas sociais de quem habita esse espaço.

Segundo o IBGE (2024), Araquari/SC passou de 23.547 habitantes, no ano de 2000, para 45.180, em 2024, um aumento de 82,1%. Esse crescimento populacional está atrelado à expansão da área urbana, ao baixo custo de vida, à oferta de empregos e à presença de cursos de graduação e serviços diversificados. A força do lugar, instrumentalizada pelo capital, reverbera na economia local, na qual a indústria responde por 52,6% do Produto Interno Bruto (PIB), com destaque para a presença de empresas que se beneficiam da configuração territorial e do baixo custo de vida. Embora setores como a agricultura, com culturas de arroz, banana e maracujá – e o comércio – também

contribuam, a dependência da economia da indústria expõe o município às contradições desse modelo, que privilegia a concentração de riquezas e gera impactos socioambientais.

A configuração territorial de Araquari/SC exemplifica como percebo que o espaço habitado se transforma, reproduzindo contradições que permeiam o quadro das relações sociais. A cidade, subordinada às forças do capital, opera como meio associado, um espaço marcado pela pobreza epistemológica da geografia utilitarista. No entanto, considero que o papel do espaço e do lugar no processo social permanece central. Santos (1996, p. 33) afirma que, “se os objetos técnicos se instalam na superfície da terra, fazem-no para responder a necessidades materiais fundamentais dos homens: alimentar-se, residir, deslocar-se, rodear-se de objetos úteis”. O espaço, portanto, não é unicamente uma superfície estática, mas um elemento dinâmico que, ao ser moldado por sistemas temporais e sociais, repercute as mudanças nas condições econômicas, culturais e sociais. Assim, a análise do deslocamento populacional no município, com suas transformações demográficas e as relações sociais que o acompanham, possibilitou-me compreender como o espaço geográfico se configura e se ressignifica, constantemente influenciado pelas dinâmicas locais e globais.

Para ampliar esse entendimento, recorri às narrativas de professoras que vivenciam esses deslocamentos em suas trajetórias pessoais e profissionais. A professora Ana, formada em Letras, e a professora Maria, com formação em Educação Especial, deixaram suas cidades natais e hoje atuam na Rede Pública de Ensino de Araquari. A professora Ana relatou:

Sai de São Bento para Joinville, preocupada com o Ensino Médio da minha filha. Ela tinha 14 anos e estava no primeiro ano, vim morar em Joinville para ter mais oportunidades de emprego para ela. São Bento é uma cidade maravilhosa, mas difícil de arrumar emprego. Joinville oferecia melhores oportunidades, mas algumas coisas deram certo e outras não. E a minha vinda para Araquari, foi para realizar o sonho da casa própria (Entrevista com Professora Ana, 2023).

De forma semelhante, Maria pondera acerca de sua experiência:

Na verdade, Araquari foi a oportunidade de ter a casa própria, morei em alguns bairros de Joinville, o último que morei foi o Costa e Silva. A oportunidade de ter a casa própria em Joinville estava longe da minha realidade, aqui (Araquari) estava mais acessível da minha realidade e eu acabei financiando um imóvel, nisso acabei participando

No meu caso, a decisão de vir para Araquari/SC envolveu a busca pelo Ensino Superior. Quando cheguei ao final do Ensino Médio, a decisão sobre qual curso de nível superior seguir se tornou uma questão. Na época, meus pais não tinham condições financeiras de contribuir como uma universidade particular, então, a alternativa que encontrei foi o curso público de Licenciatura em Ciências Agrícolas ofertado pelo Instituto Catarinense, Campus Araquari. Já conhecia a qualidade da instituição, pois meu primo havia se formado ali. Além disso, o curso era oferecido no período noturno, o que me permitia trabalhar durante o dia. Por quatro anos, realizei o trajeto entre Joinville e Araquari para estudar, enfrentando as dificuldades do deslocamento, mas também nutrindo a certeza de que aquela era a melhor oportunidade para o meu desenvolvimento profissional.

O estudo de Araquari/SC desvelou a inseparabilidade das categorias espaço e tempo, ao mesmo tempo em que avultou as profundas mudanças impostas pela civilização e a busca por compreender como a sociedade opera no espaço geográfico. No panorama educacional, econômico e social, a cidade se apresenta como uma realidade em movimento, onde o espaço, enquanto categoria autônoma de análise histórica, espelha tanto a unificação quanto a fragmentação e individuação da sociedade.

Cada território é único e, como tal, configura de maneira distinta os aspectos sociais, econômicos e culturais, impactando diretamente a formação social e educacional dos indivíduos que nele habitam. Relevo, ao me apoiar em Santos (1996, p. 45), que “o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de ‘viver bem’”. Contudo, no atual cenário, notei que as políticas públicas têm priorizado interesses econômicos em detrimento das necessidades sociais, negligenciando, por vezes, as condições reais de desenvolvimento das sociedades e a promoção de uma Educação que responda às diversidades e desigualdades locais.

Ao estudar o território, intentei compreender de que maneira as características geográficas, culturais e econômicas de um determinado lugar influenciam as práticas educativas e as oportunidades de desenvolvimento para

seus habitantes. Esse entendimento se torna essencial para a formulação de políticas públicas mais sensíveis à realidade social local, que devem ser menos orientadas por interesses econômicos.

A pesquisa realizada no Portal de Periódicos da Capes revelou uma escassez significativa de estudos que abordam diretamente a relação entre “território” e “Educação” nos títulos e resumos dos trabalhos. Ao realizar a busca avançada, utilizando as palavras-chave “educação” e “território”, identifiquei que esses termos apareciam muito pouco, resultando em apenas uma dissertação. Quando substituí “território” por palavras como “região” ou “local” e mantive o termo “Educação”, obtive igualmente um único trabalho. O estudo mais recente encontrado data de 2014, o que ressalta a limitada exploração do tema nas produções acadêmicas. Além disso, ao usar termos alternativos como “espaço” e “localidade”, não foram encontrados resultados relevantes. Esse panorama reforça a necessidade de uma maior investigação sobre a relação entre território e Educação nas pesquisas científicas.

A escassez de estudos que levam em conta o território como elemento fundamental na constituição e transformação social, inclusive entre os próprios geógrafos, remete à crítica implícita presente na obra de Santos (1996), a qual sobrelevo ao refletir sobre a importância de repensar o espaço e seus efeitos na sociedade contemporânea. A abordagem de Santos (1996), ao discutir o espaço como forma de conteúdo, permitiu-me compreender como as heranças socioterritoriais e os resíduos do passado ainda constituem obstáculos à difusão do novo, criando padrões temporais que influenciam diretamente a configuração territorial. Para mim, em Araquari/SC, esse conceito se concretiza quando o espaço geográfico é atravessado por vetores econômicos, políticos e sociais, cujos efeitos são perceptíveis em todos os aspectos da vida.

Nesta pesquisa, as narrativas de Ana, Maria e minha própria experiência como professora e pesquisadora integram um acervo que faculta a análise das relações entre Educação, economia, história e sociedade no território de Araquari/SC, entre os anos de 2016 e 2023. Justifico tal análise pelo entendimento de que o conhecimento, ao invés de ser valorizado para o desenvolvimento crítico e social, tem sido cada vez mais reduzido a instrumento de adequação ao mercado de trabalho. Esse fenômeno espelha a lógica de um sistema educacional que prioriza a formação técnica e imediata, contrariamente

a uma Educação que promova a reflexão crítica a respeito das condições sociais e históricas que influenciam o território.

Nesse âmbito, o espaço e suas condições de vida social tornam-se subordinados a um sistema educacional que limita o potencial transformador da Educação, direcionando os sujeitos para atender aos interesses econômicos. Essa realidade foi ilustrada pelo relato da professora Maria, ao narrar a situação de um de seus alunos, que diariamente deixa a aula mais cedo:

Eu tenho um aluno que sai mais cedo, uma aula mais cedo, para ir trabalhar. Ele é autorizado para sair da escola, porque a empresa não o autorizou a chegar mais tarde por causa do estudo, mas a escola autorizou, saiu uma aula antes por causa do trabalho. Eu acho que a empresa deveria ser mais flexível nesse lado. Meu Deus, é um estudante de menor ainda. E, com medo de perder o trabalho, porque não conseguiu em outra empresa, ele não estava vindo mais para escola. Aí a diretora o liberou mais cedo para ele não largar os estudos. Então, assim, a gente vai se adaptando do jeito que pode (Entrevista com Professora Maria, 2023).

É um fato que essa situação evidencia as condições de vida impostas pelo sistema econômico vigente, cujos efeitos se irradiam no campo escolar e nas relações de trabalho. Laval (2017) alerta que tudo está "interligado" e que é necessário compreender a lógica de transformação das sociedades, nas quais se tende a naturalizar a saída precoce dos alunos da escola para o ingresso no mercado de trabalho. No entanto, tal naturalização não poderia ser aceita de forma alguma; o que se impõe, ao contrário, é a necessidade de um esforço e de uma dedicação pública efetivos para a melhoria dessas condições.

Esse cenário me fez recordar minha própria experiência como estudante, quando questões relacionadas a emprego, responsabilidades e preparo para o mercado de trabalho também influenciavam diretamente na minha trajetória:

É interessante refletir sobre o relato da Professora Maria e como, em minha época de estudante, questões relativas a emprego e salário também eram muito presentes. Lembro que meus pais frequentemente cobravam que eu comesse a trabalhar cedo, argumentando que isso me ajudaria a desenvolver mais responsabilidade e também permitiria que contribuísse financeiramente com minhas despesas. Diziam que começar a trabalhar cedo era indispensável para estar preparada para o mercado de trabalho ao concluir a faculdade, já que a experiência na área sempre foi uma das exigências das vagas de emprego.

Nessa esfera, divisei que se trata de uma Educação cujos objetivos são mais econômicos do que sociais, alinhada a interesses estritamente delimitados.

Observei um crescente incentivo ao Ensino Profissionalizante, cuja finalidade predominante é capacitar jovens para o mercado de trabalho, desconsiderando uma formação integral. Essa dinâmica elucida um desafio geracional de classe, em que os valores de trabalho, estudo, conhecimento e tecnologia seguem uma ótica pragmática e imediatista, voltada à obtenção de bens de consumo e à busca por uma “independência” financeira superficial e restritiva.

Dessa forma, constatei o espaço operando como um sistema de ações, no qual as políticas públicas, como as reformas e a implementação do novo Ensino Médio, a partir de 2023, introduzem disciplinas técnicas focadas no mercado de trabalho, apresentadas como soluções para a realidade do território. Contudo, essas ações têm consequências, influenciando a evasão escolar e o trabalho dos professores, que se veem impotentes diante de uma conjuntura em que os alunos, ao contrário das gerações anteriores, que viam na Educação Superior um caminho valorizado e raro, não conseguem mais vislumbrar o valor desse percurso. Para muitos jovens, os empregos de nível técnico, por vezes, oferecem salários mais altos do que aqueles conquistados por quem cursa uma faculdade, mas essa escolha vem acompanhada da perda de direitos trabalhistas essenciais, como férias e descanso remunerado. Além disso, esses jovens acomodam-se nessa perspectiva e, ao se verem dependentes desses empregos, temem a instabilidade e a possibilidade de perder a vaga, agravando a sensação de impotência face a um sistema que limita suas opções e direitos.

O crescimento populacional de Araquari/SC evidencia o fardo histórico que, a meu ver, o município carrega, sendo, atualmente, a 36ª cidade catarinense com maior população, de acordo com o Censo do IBGE (2022). Todavia, a infraestrutura educacional não acompanha esse aumento. Apenas quatro escolas públicas atendem o Ensino Médio, além de uma instituição privada. No Ensino Superior, somente uma instituição pública, enquanto as demais opções se restringem a duas instituições privadas de ensino a distância. Paralelamente, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai, 2025) oferece Ensino Técnico e Profissionalizante, reforçando a lógica de uma Educação voltada prioritariamente para atender às demandas do mercado de trabalho, deixando outras possibilidades formativas à margem.

Essa realidade pode ser constatada no relato da Professora Maria, que apontou como a escola onde leciona, inicialmente destinada exclusivamente ao Ensino Médio, passou a atender também alunos do Ensino Fundamental,

refletindo as dificuldades que o sistema educacional local enfrenta para lidar com o crescimento da demanda.

Quando comecei a trabalhar aqui, na escola, há três anos, era apenas com alunos do Ensino Médio. Mas, como a demanda de alunos foi crescendo, ano após ano, a escola teve que abrir vagas para o Ensino Fundamental. Hoje, para não misturar as faixas etárias, precisamos fazer rodízio nos horários de entrada de alunos, intervalos e saídas (Entrevista com Professora Maria, 2023).

A falta de investimento público na educação é denominada por Laval (2017) como expressão das concepções ultrautilitaristas da educação, as quais reforçam um modelo de ensino voltado prioritariamente aos alunos considerados mais “rentáveis”, que recebem maiores investimentos em comparação àqueles pertencentes a escolas com “pior desempenho”. Tal lógica resulta, de maneira inevitável, na produção e aprofundamento das desigualdades. Na perspectiva utilitarista, a educação é orientada para a formação de capital humano, e as oportunidades são direcionadas àqueles que demonstram maior potencial de retorno sobre esse investimento.

Uma situação semelhante ocorreu no IFC onde estudei. Devido à crescente demanda, passou ofertar o Ensino Superior, apesar de, primitivamente, atender o Ensino Médio e Técnico.

Durante o programa de estágio supervisionado do curso de Lica, precisei desenvolver relatórios sobre as práticas realizadas e acerca da Instituição em que atuava. Ao pesquisar sobre o IFC de Araquari, descobri que a Instituição foi pioneira no Ensino Agrícola, oferecendo formação para técnicos agrícolas e estudantes do Ensino Médio. Em 2008, por meio da Lei n. 11.892, passou a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ampliando sua atuação com a oferta de cursos de nível superior.

Neste estudo, propus-me a discutir a relação entre território, Educação e as dinâmicas sociais, um tema central que perpassa as transformações e os desafios enfrentados por Araquari/SC. Esse fenômeno reflete não somente uma configuração local, mas um processo global de reconfiguração do espaço e das práticas sociais. O processo de urbanização acelerada e o crescimento populacional têm gerado tensões no sistema educacional local, que se vê pressionado a atender a uma demanda crescente, porém com recursos limitados

e uma infraestrutura educacional insuficiente para garantir a equidade e a qualidade de ensino necessárias à população.

A Educação, muitas vezes reduzida a um instrumento de formação técnica para atender às exigências do mercado de trabalho, tem deixado de lado a formação integral dos indivíduos e a reflexão crítica sobre as questões sociais e históricas que constituem o território. A lógica de priorização da Educação Profissionalizante e a adaptação das instituições de ensino às demandas do mercado financeiro, em detrimento de uma Educação mais ampla e transformadora, resultam em uma geração com menos opções e oportunidades para pensar um futuro além das limitações impostas pela lógica do capital.

O território de Araquari/SC, com suas heranças socioterritoriais e suas contradições internas, exemplifica as formas como as políticas públicas e as dinâmicas econômicas podem moldar o espaço e as condições de vida dos seus habitantes. A cidade, que ao longo do tempo passou a ser configurada por interesses econômicos globais, revela-se também como um espaço de resistência e adaptação, onde as práticas educacionais e as trajetórias de seus moradores ainda carregam o peso dessas transformações.

A pesquisa aborda como as professoras Ana e Maria, com suas trajetórias pessoais e profissionais, observam as questões do território e suas implicações para os alunos. Elas oferecem um olhar sensível a respeito das desigualdades educacionais e sociais presentes em Araquari/SC, refletindo sobre as limitações impostas pelas políticas públicas e a maneira como essas políticas impactam o cotidiano dos alunos, suas condições de vida e o acesso à Educação. A partir de suas experiências, busco compreender de que modo as desigualdades socioeconômicas, somadas à configuração territorial do município, influenciam as práticas educacionais e as expectativas dos alunos em relação ao futuro.

Ao ponderar acerca dessas questões, enfatizo a necessidade de um novo olhar concernente ao território e à Educação, que considere as especificidades locais e busque formas mais justas e equitativas de desenvolvimento. Esta pesquisa sugere, portanto, a urgência de políticas públicas que integrem o aspecto social e cultural do espaço, promovendo uma Educação que forme cidadãos críticos, conscientes de seu papel na sociedade e capazes de contribuir para a construção de um futuro mais inclusivo e sustentável.

Finalmente, ao compreender o território como um elemento dinâmico, em constante transformação e que reverbera as tensões e contradições do nosso

tempo, vislumbro caminhos mais promissores para a Educação. Caminhos capazes de transformar a realidade local de Araquari e de outras cidades que enfrentam desafios semelhantes em um contexto global cada vez mais marcado pela lógica do lucro e da reprodução das desigualdades sociais.

7 POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA: A ADEQUAÇÃO AO MERCADO GLOBAL

Ao longo deste estudo, tencionei compreender como as políticas públicas educacionais impactam diretamente o sistema educacional em Araquari/SC, atentando, também, para minhas próprias experiências como professora e pesquisadora. Utilizando a metodologia narrativa/biográfica, pude integrar as trajetórias de duas professoras, Ana e Maria, com as minhas, a fim de refletir sobre as transformações que o campo educacional tem enfrentado. As experiências dessas professoras, que compartilham suas vivências no contexto escolar, ajudaram a contextualizar o impacto das políticas educacionais que, em sua maioria, ajustam-se à lógica do mercado. A formação do que é denominado “capital humano” tem sido uma diretriz central das reformas educacionais globais, com influência de organismos como o Banco Mundial.

Historicamente, a Educação foi vista como um processo emancipador, com foco na formação de cidadãos críticos, entretanto, com o tempo, passou a ser cada vez mais enxergada como um meio para atender às necessidades imediatas do mercado de trabalho. Esse movimento revela a consolidação de um sistema educacional voltado à rentabilidade e à produtividade, em linha com a lógica capitalista predominante na sociedade globalizada. Durante minha trajetória, tanto como professora quanto como pesquisadora, percebo claramente como essa realidade impacta diretamente a organização escolar. A escola, que deveria ser responsável pela formação integral do aluno, se vê pressionada a responder um mercado que exige habilidades específicas para a empregabilidade. Esse processo de adaptação reduz o aprendizado a competências mensuráveis, como resolver problemas práticos e trabalhar em equipe, deixando em segundo plano a formação crítica e reflexiva que caracteriza uma educação emancipatória.

Essas mudanças podem ser verificadas nas reformas educacionais, como a implementação do novo Ensino Médio, em 2023. Ao analisá-las, notei que, em vez de promover uma verdadeira “autonomia”, essa reforma valoriza predominantemente conhecimentos que são mais economicamente rentáveis e úteis para o mercado de trabalho, deixando de lado áreas do saber que não são vistas como diretamente aplicáveis. Para muitos alunos, como compartilharam as professoras Ana e Maria, o foco no mercado de trabalho se traduz em uma

Educação que não forma cidadãos críticos, contudo trabalhadores para o consumo e produção.

Nesse enredo, refletindo acerca dessas questões, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem se mostrado um exemplo claro de como as reformas curriculares buscam integrar uma lógica mercadológica ao ensino, priorizando competências e habilidades específicas. Essa perspectiva, amplamente criticada por Laval, em *A Escola Não É uma Empresa* (2017), é algo que também distingi no contexto de Araquari/SC, onde, ao ouvir os relatos das professoras e analisar o impacto dessas mudanças, percebi como o modelo educacional, cada vez mais voltado para as exigências do mercado, tem dificultado o desenvolvimento de uma Educação crítica e transformadora. Em minha própria experiência, como professora e pesquisadora, essa reflexão sobre a instrumentalização da Educação também me desafiou a repensar como contribuir para uma prática pedagógica que resista a essa lógica e propicie uma formação mais integral aos alunos.

Esse processo de instrumentalização da Educação reduz o ensino a uma preparação para o mercado de trabalho, deixando de viabilizar o desenvolvimento do pensamento crítico e da formação cidadã. É um fenômeno observado globalmente, e muito presente no panorama de Araquari/SC. Laval (2017) indica que essa transformação da Educação em um mero treinamento prático desvia seu papel original de formar sujeitos críticos e engajados na transformação da sociedade.

[...] “competências de organização, comunicação, adaptabilidade, trabalho em equipe, resolução de problemas em contextos de incerteza”. A principal competência, ou metacompetência, seria “aprender a aprender”, uma exigência permanente imposta pela lógica da incerteza que rege a vida profissional e humana. Assim, a educação deixa de ser um direito social fundamental e se transforma em um instrumento de produção de “capital humano”, voltado para atender às necessidades do mercado de consumo (Laval, 2017, p. 49).

Ademais, a gestão pública educacional, no Brasil, tem sido marcada por cortes significativos de gastos, influenciando diretamente o sistema educacional. Em 2024, uma reportagem do G1 apontou que a Educação perderá R\$ 42,3 bilhões até 2030 (G1, 29 de novembro de 2024). Nessa linha, o Fórum Nacional de Educação (2023) informou que, desde 2016, o Brasil tem adotado uma política de contingenciamento e corte de verbas em áreas basilares, com

destaque para a Educação. Os investimentos caíram em termos reais em diversas esferas. Um exemplo disso é que, em 2020, o orçamento destinado ao Ministério da Educação foi reduzido em 18% em comparação ao ano anterior, o que comprometeu ainda mais a qualidade do ensino e as condições de trabalho nas escolas públicas.

Esses cortes repercutem em vários aspectos, como a infraestrutura precária das escolas, a desvalorização da carreira docente, a escassez de professores e a falta de concursos públicos para a contratação de novos profissionais. Esse cenário resulta na precarização do trabalho docente e na negligência com as condições de ensino, afetando diretamente a qualidade da Educação que é oferecida aos alunos.

Em Araquari/SC, esse processo é claramente visível. A expansão populacional forçou a adaptação das escolas de Ensino Médio para receber alunos do Ensino Fundamental, no entanto sem o devido planejamento e recursos. Durante minha pesquisa, as professoras entrevistadas, que ocupam cargos temporários, compartilharam suas dificuldades em relação à insegurança de não saber se serão chamadas novamente após cada processo seletivo. Essa instabilidade tem um impacto direto no trabalho pedagógico, no bem-estar psicológico dos educadores e na qualidade do ensino. A falta de estabilidade no vínculo empregatício também afeta a relação dos educadores com os alunos, uma vez que a continuidade do trabalho pedagógico é constantemente ameaçada pela incerteza sobre a permanência nas instituições. A Professora Ana relatou que a falta de professores tem resultado na lotação das salas de aula, agravando as dificuldades no acompanhamento dos alunos e na oferta de um ensino de qualidade. Ela compartilhou sua experiência, dizendo:

Semana passada, fiquei com duas turmas de sexto ano, contabilizando 90 alunos. Tive que levar eles para o auditório, porque faltaram dois professores. Ministrei uma aula expositiva com slides e os alunos iam copiando. A orientadora me pediu ajuda, porque não tinha ninguém para ficar com essa turma e eu sempre tento trabalhar com empatia. Não dá para trabalhar sozinhas, temos que nos ajudar (Entrevista com Professora Ana, 2023).

Nesse viés, as políticas públicas de contratação de profissionais da Educação têm se mostrado insuficientes para atender à demanda crescente por docentes. Quando os editais de concursos são publicados, geralmente oferecem um número reduzido de vagas, o que contrasta com a necessidade real de

contratar novos profissionais. Essas políticas públicas, ou a falta delas, reproduzem uma crise profunda no sistema educacional, gerando um ciclo de precarização que prejudica tanto os profissionais quanto os alunos.

Com a implementação do novo Ensino Médio, a carga horária das disciplinas foi alterada, com redução de horas para matérias essenciais, como Língua portuguesa e Literatura. As Professoras Ana e Maria explicaram que os alunos do turno noturno só têm uma aula de Língua Portuguesa e Literatura por semana, dificultando o acompanhamento adequado dos conteúdos. Essa diminuição na carga horária resulta, ainda, em um aumento do trabalho dos docentes, que precisam elaborar materiais de apoio, como apostilas digitais, para que os alunos consigam acompanhar o conteúdo. Porém, como a Professora Ana assinalou, mesmo com esses recursos, os alunos não conseguem acompanhar o conteúdo de forma satisfatória, dado o número reduzido de aulas.

Fico triste, porque a Língua Portuguesa, não é porque é a minha disciplina, mas onde já se viu uma aula só no noturno de Língua Portuguesa e Literatura, duas aulas? Para o Ensino Médio, duas aulas de Língua Portuguesa e Literatura não dá. No ano passado, eu cheguei a ficar doente, porque eu precisava passar o conteúdo para eles, porque eu sei que vai fazer falta lá na frente. Lá no vestibular e não, não dei conta. Minha mente ficou doente. Eu fiquei desesperada, falhei meu Deus do céu. Eu me senti incompetente. Até eu consegui entender que a culpa não era minha, e sim do sistema, foi quase no final do ano (Entrevista com Professora Ana, 2023).

O corte de gastos e investimentos em Educação, especialmente quando analisado de uma ótica crítica, levou-me a perceber que o Estado não está disposto a investir em um ensino que não seja economicamente rentável. Em consonância com Laval (2017) e Sawaia (2003), parece que o Estado se desinteressa por um sistema educacional que forme cidadãos críticos e preparados para uma participação ativa na sociedade, priorizando, em vez disso, um modelo voltado à rápida inserção no mercado de trabalho. Essa abordagem está alinhada com a ideia de que os alunos de classes populares são, em parte, considerados “não rentáveis” no processo educacional, sendo simplesmente preparados para uma inserção rápida no mercado.

Quando as políticas educacionais não priorizam a Educação integral dos jovens para um futuro mais amplo, constato um aumento da exclusão escolar e da evasão. A falta de perspectiva dos alunos sobre o futuro, somada à dificuldade

de acompanhamento do conteúdo e à falta de apoio familiar, cria um cenário de desmotivação. Esse fenômeno se agrava sobretudo em famílias nas quais os pais não têm escolaridade suficiente para apoiar seus filhos na Educação, resultando em um círculo vicioso de vulnerabilidade social e educacional. Nesse enquadramento, consoante a professora Maria, a falta de acompanhamento familiar é um dos fatores críticos para o desempenho escolar dos alunos.

Eu acredito que em casa é um dos motivos maiores. Assim, a convivência em casa, o comprometimento, a responsabilidade, os pais que às vezes trabalham o dia todo, veem o filho só à noite e não acompanham a aprendizagem. São questões assim que a gente vê, tem muita questão familiar ali que também os alunos não moram com pai, mora com vó e os pais são separados. A questão familiar ali é umas das que mais influenciam na Educação. Tem uma mãe que eu conheço, desde a época que eu trabalhava no Município, e sei da dificuldade dela de acompanhar o filho que tem déficit de aprendizagem. Até para ler um bilhete, ela não conseguia. Esse menino foi passando, ano após ano, por passar (Entrevista com Professora Maria, 2023).

Araquari/SC apresenta uma taxa de evasão escolar no Ensino Médio de 8,3% (IBGE, 2022), indicando que muitos alunos abandonam a escola antes de completar essa etapa crucial. A situação é ainda mais grave quando se contempla que muitos desses alunos terminam o Ensino Médio sem sequer aprender a ler e escrever adequadamente. A prática da “aprovação automática”, exposta por Sawaia (2003), é uma das respostas a essa situação, permitindo que sejam aprovados mesmo sem alcançar os níveis de aprendizagem. Isso resulta em uma “Educação de fachada”, em que os alunos não são efetivamente preparados para a vida em sociedade.

Na Área da Educação, por exemplo, a “aprovação automática” diminui o índice de evasão escolar e a educação inclusiva, por sua vez, coloca todas as crianças na escola, alegando a “aceitação das diferenças”. Mas, para melhorar a qualidade dessa inclusão, é preciso conhecer o sentido de tais ações, saber como elas afetam as crianças. Daí a importância de se perguntar: a escola colabora com a superação do sofrimento ético-político ou o reproduz às avessas? (Sawaia, 2003, p. 58).

A aprovação automática é uma estratégia paliativa para evitar a evasão escolar, mas acaba precarizando ainda mais a qualidade do ensino, perpetuando a desigualdade social. Esse fenômeno está diretamente relacionado à subjetividade do processo educativo, em que tanto alunos quanto professores acabam sendo responsabilizados individualmente pelo fracasso escolar, sem

considerar as condições estruturais que limitam o aprendizado. A Professora Ana discursou:

Alunos do Ensino Médio que não são alfabetizados não sabem fazer uma boa leitura, não conseguem interpretar. É uma consequência de uma série de fatores. Não é só a pandemia, vem questão familiar, é questão alimentar, é questão de moradia é um conjunto que infelizmente afeta (Entrevista com Professora Ana, 2023).

A professora Maria complementou:

Ano passado ouvi muito isso: não fiz nada e passei. Como levar isso para o conselho de classe, se o conselho não é de fato efetivo. Questões que podemos opinar, mas não são resolvidas, porque sempre tem uma desculpa que o aluno é muito novo para reprovar, não dá para reprovar por causa daquilo e disso. Não possibilitam a nós, professores, pensarmos sobre esse aluno e resolver juntos a situação, única opção que temos é aceitar a decisão (Entrevista com Professora Maria, 2023).

Desse modo, considero importante destacar que as políticas educacionais têm falhado em reconhecer adequadamente a relação entre a lógica econômica e a coesão social. O modelo educacional adotado, focado na formação de trabalhadores altamente competitivos e adaptáveis ao mercado, acaba por excluir uma parcela da população, maiormente as famílias em situação de vulnerabilidade social, que enfrentam dificuldades de acesso à Educação e ao mercado de trabalho. A desigualdade estrutural se agrava pela falta de políticas públicas efetivas que integrem Educação, saúde e assistência social, e que levem em conta as especificidades das comunidades locais. Um exemplo disso é o caso de Natalia, uma aluna da Professora Maria, que é cadeirante e recebe aposentadoria do governo devido à sua condição. Esse valor é o que garante o sustento da sua família, todavia, como salienta a Professora Maria, isso não significa que Natalia tenha seus direitos plenamente respeitados. Ela expôs:

Eu vou dar um exemplo da Natália, que é cadeirante, que eu atendo na escola. Ela está no último ano do Ensino Médio. Essa aluna não tem perspectiva nenhuma. Ela é uma menina inteligente, que teria chance de fazer faculdade, mas só irá terminar o Ensino Médio. Vai ficar em casa, porque acha que não tem capacidade de trabalhar, não tem capacidade de estudar, de fazer curso, de fazer faculdade. Ela é criada pela avó, uma idosa, foi abandonada quando nasceu pela mãe e pelo pai. A mãe é uma menina com uma estrutura familiar, zero, assim... sabe... e eu me envolvo muito com isso, eu preciso, às vezes, nem pensar muito nessa situação de como que vai ser o depois. Eu tenho uma aflição só de pensar como serão os próximos anos dessa aluna,

medo do que vai acontecer e torcer para que dias melhores virão (Entrevista com Professora Maria, 2023).

A Professora Maria continuou seu relato, preocupada com os direitos básicos de Natalia, como higiene e afeto:

Ela é deixada assim, ela vem com xixi para escola, não escovam os dentinhos dela. Acho que nunca escovaram, então isso é negligência. Outros alunos também devem passar por isso, mas a gente nem fica sabendo. A gente teria que denunciar, porque tem tutores responsáveis por ela que recebem o dinheiro dela e aposentadoria. Mas os tutores só se interessavam em ligar para a escola para saber se a bolsa estudante caiu ou porque atrasou. A menina nunca veio cheirosa, nunca veio com o cabelinho cortado, arrumado, penteado é uma coisa assim que mexe com a gente (Entrevista com Professora Maria, 2023).

A instabilidade social e educacional provocada pela fragilidade dos vínculos familiares, educacionais e profissionais intensifica o aprofundamento das desigualdades. Sawaia (2003) aponta que a vulnerabilização das famílias e a ausência de recursos para atender às necessidades básicas impactam diretamente o desempenho escolar dos alunos, alimentando um ciclo contínuo de exclusão e desesperança. As dificuldades econômicas, longe de serem consideradas pelas políticas públicas, são frequentemente negligenciadas, reforçando a lógica de marginalização social e impedindo a construção de alternativas concretas para a inclusão e a efetiva melhoria das condições de vida da população.

Nessa conjuntura, apreendi que a desigualdade se manifesta ainda mais perversamente entre os já vulnerabilizados: a pobreza, a vulnerabilidade familiar e as condições de deficiência criam um cenário em que os indivíduos, ademais de enfrentarem barreiras materiais, também são marginalizados e desconsiderados pelas políticas públicas. O sistema educacional, ao não fornecer suporte adequado e ao negligenciar as necessidades específicas dessa população, perpetua a exclusão e torna impossível a ascensão social para esses sujeitos. A culpa não é da aluna, da família ou da professora, mas de um sistema que falha em garantir condições mínimas para a sobrevivência e a dignidade. A ausência de políticas públicas eficazes e a desigualdade estrutural agravam essa situação, fazendo com que esses indivíduos sobrevivam em uma realidade de marginalização e impotência frente à falta de alternativas concretas.

Essas questões estão presentes na realidade de Araquari/SC, sendo naturalizadas pela população, que se vê conformada com as desigualdades e

com a falta de perspectiva de mudança. Esse conformismo é um reflexo das políticas públicas excludentes que não visam transformar a realidade social, entretanto adaptá-la às condições impostas.

8 PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO CICLO DE EXCLUSÃO SOCIAL

A desigualdade social é um fenômeno complexo que pode ser constatado de diversas formas ao longo da vida de um indivíduo, sendo perpetuada por um sistema que privilegia determinados grupos em detrimento da maioria. Ao longo da minha pesquisa, ao analisar as trajetórias das professoras Ana e Maria, percebi como a desigualdade se manifesta em suas experiências diárias. De acordo com Pierre Bourdieu (2007, p. 86), “a desigualdade pode ser entendida como a diferença injusta e desproporcional entre indivíduos ou grupos sociais no acesso a recursos, oportunidades e direitos, resultando em um sistema que favorece uns e marginaliza outros”. Em uma sociedade capitalista, esse processo de exclusão é ainda mais acentuado, pois, quanto mais complexa a estrutura social, mais agudas e sutis são as estratégias de perpetuação da desigualdade. A metodologia narrativa e biográfica que adotei para a pesquisa possibilitou-me assimilar essas desigualdades a partir das vozes e das vivências de Ana e Maria, refletindo sobre como essas dinâmicas afetam tanto suas vidas pessoais quanto suas práticas profissionais.

No Brasil, a desigualdade social reverbera, por exemplo, na distribuição de renda, com a população considerada pobre, de acordo com o IBGE (2023), representando 27,4% da população, enquanto 11,2% vivem em condição de miséria. A classe média, por sua vez, representa 40% da população, o que significa que uma parcela expressiva da população brasileira possui uma renda inferior a quatro salários-mínimos. Em um cenário como esse, fica evidente que a condição de classe social influencia diretamente o acesso a direitos, como a Educação e a saúde. Esse panorama foi notado na vivência das professoras que participaram desta pesquisa, haja vista que, apesar de sua dedicação, continuam a enfrentar dificuldades estruturais que limitam suas condições de trabalho e a qualidade da Educação que oferecem aos alunos.

Ao analisar as trajetórias dessas professoras, atentei que, apesar de todo o esforço e dedicação, elas continuam a não possuir condições materiais adequadas para desempenharem sua profissão plenamente. O próprio sistema educacional, como pude observar ao longo da pesquisa, é uma das principais formas de reprodução dessa desigualdade. A falta de investimentos consideráveis na Educação pública, como a escassez de recursos e a

precarização das condições de trabalho, retrata a postura do Estado de não garantir as mínimas condições para os trabalhadores da Educação e, por conseguinte, para os alunos. Essa realidade se torna ainda mais evidente nas falas de Ana e Maria, que relataram o impacto da sobrecarga de trabalho e da falta de recursos, resultando, frequentemente, em adoecimento físico e mental. Esse ciclo exaustivo de trabalho resulta da estrutura desigual, que impede os profissionais da Educação de exercerem sua função de modo digno e transformador.

Olha, agora eu estou solteira (risos de ambas). Então, eu uso a minha folga inteira, que é a quarta-feira, fico o dia inteiro planejando e corrigindo para eu tentar ficar o final de semana mais tranquila, mas, às vezes, eu também uso finais de semana (Entrevista com Professora Ana).

A sociedade está tão imersa na desigualdade social que, muitas vezes, situações como essa não são enxergadas: uma sobrecarga de trabalho que se tornou normal, sendo comum trabalhar nos finais de semana e nas folgas. Salários baixos, assistência mínima para continuar enfrentando uma rotina exaustiva e desvalorizada. Essas experiências deveriam ser repensadas de forma crítica, mas quando? Se o professor não possui nem tempo durante sua folga. O sistema impõe essa exploração de tal maneira que os profissionais não têm espaço para refletir sobre o que vivenciam diariamente.

Depreendi como um erro acreditar que as experiências de desigualdade começaram recentemente na profissão. A desigualdade está presente ao longo de toda a vida. Ao ponderar acerca da infância, consegui perceber questões como exclusão social, preconceito, diferenças de classe e a dificuldade no acesso a direitos essenciais, como a Educação. Relatos como o de Ana exemplificam isso. Ela compartilhou sua experiência de atraso escolar, tendo ingressado na escola apenas aos seis anos, após a perda de sua mãe e a negligência de sua madrasta e pai em relação à sua Educação. Ao ser colocada em uma turma de crianças que já estavam escolarizadas desde os quatro anos, Ana enfrentou não apenas a exclusão social, porém a exclusão educacional, com uma professora que não demonstrava interesse em ajudá-la a superar as dificuldades de aprendizagem. Esse tipo de experiência, infelizmente, não é isolado, elucidando um sistema educacional que, normalmente, marginaliza

aqueles que chegam com mais dificuldades, sem fornecer as ferramentas necessárias para sua inclusão e aprendizagem. Ana lembrou:

Eu entrei na escola com seis anos, eu nem sabia pegar na caneta e, naquela época, os professores podiam xingar, né? Então, me chamavam de burra e diziam que eu nunca iria aprender. Eles não tinham paciência e eu chorava muito, porque eu não conseguia entender. Eu tinha muita dificuldade na aprendizagem e, mesmo assim, aquela professora me chamava para fazer prova oral. A sala era dividida em fileiras, na fileira A os mais inteligentes e eu ficava na fileira F (Entrevista com Professora Ana, 2023).

Sawaia (2003) evidencia que a exclusão social constitui uma forma injusta e discriminatória de anulação da dignidade humana, do afeto, do reconhecimento e da atenção. Nessa perspectiva, a exclusão não se manifesta apenas pela falta de oportunidades, recursos ou investimentos, mas também se expressa nas relações injustas, por meio do processo de afastamento e negação do outro nas relações sociais. Trata-se de uma exclusão subjetiva, que se insere no processo de aprendizagem e pode ser compreendida como uma categoria analítica da dialética da exclusão.

A exclusão social e educacional não se restringe apenas à infância. Já, no Ensino Fundamental, o processo de seleção, baseado no desempenho acadêmico, como no meu relato pessoal, enfatiza a seletividade do sistema educacional. A prática de premiar os alunos com melhor desempenho com bolsas de estudos para escolas particulares, em detrimento dos outros, reforça a desigualdade, criando uma separação entre os alunos que têm acesso a uma Educação de melhor qualidade e aqueles que ficam à margem, sem a mesma oportunidade.

No meu último ano no Ensino Fundamental, estudava em uma escola da rede pública de Joinville. Lembro que todos os alunos tiveram que fazer a Prova Brasil para avaliar o desempenho do ensino e aprendizagem. Depois da realização da prova, meus pais receberam uma ligação de duas escolas particulares, oferecendo bolsa de estudo para mim, por causa do bom rendimento na prova.

A partir do meu relato pessoal e do relato da professora Ana, fica claro que existe, de fato, uma exclusão social daqueles alunos que não apresentam um bom desempenho escolar. Organizações privadas demonstram interesse apenas pelos alunos de melhor rendimento, o que sobleva como a Educação

está sendo mercantilizada. Muitas escolas particulares transformam a Educação em um fetiche econômico, oferecendo cursinhos, preparatórios e aulões para vestibular. Quando o ensino deixa de ter como objetivo principal a formação integral do indivíduo e passa a ser tratado como um meio de lucro, estamos caminhando na contramão do que deveria ser o real propósito da Educação.

O impacto do capitalismo na Educação também é evidente, para mim, na desvalorização da profissão docente. A valorização do ensino é inversamente proporcional ao interesse do mercado, por conseguinte, o que noto é a pouca consideração pela carreira de professor, uma profissão que, embora seja fundamental para o desenvolvimento social, é constantemente desvalorizada tanto pelo Estado quanto pela sociedade. O próprio sistema capitalista se alimenta da exploração dessa classe, uma vez que não investe de forma adequada na formação e nas condições de trabalho dos professores. O sistema educacional se torna uma extensão dessa lógica, priorizando a produtividade e a competitividade em prejuízo de uma formação crítica e integral (Laval, 2017; Sawaia, 2003).

A precarização das condições de trabalho dos professores e a sobrecarga a que estão submetidos são reflexos diretos da falha do Estado em garantir um ensino de qualidade. Professoras como Ana, que se veem obrigadas a trabalhar além do horário para atender às necessidades educacionais de seus alunos e de suas comunidades, exemplificam a crise do sistema público de Educação, que transfere responsabilidades para os próprios profissionais sem oferecer o suporte adequado. Essa prática não só sobrecarrega os docentes, também coloca em risco sua saúde física e mental. Como professora de Português e Literatura, Ana sente-se responsável por alfabetizar todos os alunos, mesmo que isso signifique trabalhar fora do expediente:

São nessas conversas com outros professores, na hora do café e do almoço, que pontuamos esses atrasos. Como eu sou formada em Pedagogia e Letras, não custa eu tentar ajudar. Tenho que recuperar esses alunos, temos o sétimo, oitavo e nono ano para ajudar. Depois que entram no Ensino Médio fica mais complicado, os alunos já estão mais desmotivados, não querem mais aprender, acham que não vão conseguir. Então preciso trabalhar em cima disso, agora (Entrevista com Professora Ana, 2023).

Ana também revelou que, devido à quantidade de alunos com dificuldades de aprendizagem, precisa utilizar seu tempo livre e seu próprio material para tentar ajudar de maneira individualizada. Ela afirmou:

É voluntário, fora do meu horário de trabalho. Os professores comentaram comigo que, no sexto ano da tarde, a quantidade de alunos com atraso é muito maior, totalizando oito alunos. Primeiro vou fazer a experiência com esses dois alunos do turno da manhã, porque são minha responsabilidade, eu sou a professora de Português deles. Vou utilizar o laboratório de Matemática, porque tem um quadro. Vou levar alguns materiais e jogos que tenho em casa para tentar uma alfabetização de maneira mais lúdica. Trabalhar com outras metodologias, uma atenção individualizada para esses alunos. Com 42 alunos não consigo utilizar essas práticas (Entrevista com Professora Ana, 2023).

No relato da professora Ana, percebi claramente que ela se sente responsável pela alfabetização de seus alunos, mesmo em uma escola com cerca de 1.600 estudantes. Assim, nós, docentes, vemo-nos aprisionados em nossos próprios trabalhos, tentando dar conta de uma demanda que não é exclusivamente nossa. Enfrentamos o desafio de atender alunos com deficiências de aprendizagem, seja pela falta de uma Educação eficaz na escola anterior, seja por situações familiares que afetam diretamente seu desempenho. Essa situação acaba se tornando uma verdadeira corrida contra o tempo, na tentativa de recuperar a aprendizagem desses discentes.

Um exemplo claro disso foi trazido pela professora Ana, quando descreveu a situação de seu aluno que não realizava as atividades propostas. O estudante havia fugido da sua cidade natal após cometer um homicídio, enfatizando como a pobreza e a falta de alternativas podem levar muitos jovens ao envolvimento com a criminalidade.

Falei para o aluno: qual a razão para você não querer fazer a atividade, tem algo acontecendo? Ele começou a contar uma história bem triste. Assim, resumindo, ele veio fugido da sua cidade natal. Foram para matar ele e o irmão, mas só conseguiram matar o irmão, porque ele estava no banheiro na hora e, quando saiu, o irmão dele tinha sido alvo de tiros. Tentaram salvar, mas não conseguiram. E como ele é do crime, ele simplesmente pegou a arma dele, foi atrás dos meninos e matou três que tinham tirado a vida do seu irmão. Aí eu parei e fiquei olhando para ele. Ele falou, professora, eu não estou com cabeça está a fazer, porque isso só faz três semanas e meia. A minha cabeça está a milhão. E, por favor, ele falou para mim, me deixa quieto (Entrevista com Professora Ana, 2023).

As condições atuais do capitalismo, conforme apontado por Sawaia (2003), desencadeiam processos sociais violentos, com jovens ingressando cada vez mais cedo no mercado de trabalho, geralmente em ocupações precárias e com baixos salários. Em muitos casos, a única alternativa é o tráfico de drogas, visto como uma oportunidade de uma renda maior e inserção no mercado de trabalho. Esse fenômeno é frequentemente criminalizado pela sociedade, sendo interpretado como uma ação individual e isolada que precisa de repressão. No entanto, trata-se de uma construção social que rotula os sujeitos como “pobres”, “violentos” e “marginalizados”. Esse é um fenômeno real, particularmente presente em territórios periféricos, onde suas consequências se intensificam.

Tristemente, relatos como esses não são raros nas escolas da rede pública do Brasil e, cada vez mais, jovens perdem-se na criminalidade. Reiteradamente, a criminalidade se apresenta como a única alternativa de sobrevivência, uma forma de ajudar no sustento da família. Contudo, o que vejo são políticas públicas que tentam mascarar os problemas, culpabilizando os jovens, em vez de investir em ações concretas que enfrentam a desigualdade estrutural e ofereçam alternativas reais de inclusão social.

Além disso, a falta de ação efetiva do Estado em relação à pobreza contribui para a alienação e subordinação da população. Ao invés de assumir a responsabilidade de enfrentar a desigualdade, transfere essa responsabilidade para a própria sociedade, criando um ciclo de culpabilização que enfraquece a capacidade de luta contra as injustiças. Esse controle sobre a população, ao manter os trabalhadores em condições precárias, tem como objetivo garantir a manutenção dos privilégios da propriedade privada e perpetuar um sistema desigual.

A desigualdade social não é, portanto, uma questão isolada, mas um fenômeno sistêmico que perpassa toda a sociedade, desde a Educação até as condições de vida da população. A perpetuação da desigualdade é garantida por um sistema que investe em estratégias de exclusão, que fazem com que aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social se vejam cada vez mais distantes de uma possibilidade real de transformação social. Para enfrentar a desigualdade e a pobreza, é necessário um investimento significativo por parte do Estado, porém, como o sistema capitalista demonstra, esse investimento não é de interesse das elites. O que observo, então, é uma política de manutenção

do status quo – a pobreza é tratada como algo natural e a responsabilidade por enfrentá-la é transferida para a própria sociedade, enquanto os interesses privados continuam a prevalecer sobre os interesses sociais.

A desigualdade social não se manifesta somente em números; faz-se presente também nas experiências pessoais, nas narrativas que formam a história de cada indivíduo. Ao refletir acerca da minha própria trajetória, é impossível não me atentar a como a sociedade e o sistema educacional impõem barreiras para aqueles que buscam ascender. Quando decidi fazer mestrado, contei para meu pai, que, ao contrário do que imaginei, que apoiaria minha decisão, questionou: “por que você precisa estudar tanto para ser professora?”. Essa frase, à primeira vista, poderia parecer uma crítica pessoal, revela muito sobre a desvalorização da profissão docente e o modo como a sociedade enxerga a Educação. Correntemente, é vista como um “serviço” que não necessita de qualificação, uma visão que minimiza o esforço e o trabalho dos professores. A desvalorização da carreira docente é um reflexo do sistema capitalista, que prioriza outras áreas, como o mercado financeiro e a tecnologia, e negligencia a importância de formar e valorizar os educadores.

Esse tipo de julgamento não é isolado. A profissão de professor é constantemente desvalorizada, reverberando na sua precarização e nas condições de trabalho. O mercado de Educação é, muitas vezes, tratado como um produto comercial, impactando diretamente na forma como os profissionais são vistos pela sociedade. Como discuti anteriormente, o capitalismo tende a priorizar os interesses privados em desfavor dos interesses sociais, e a profissão docente se torna uma das maiores vítimas desse processo de mercantilização.

Em consonância com o Indicador de Valorização de Professores (IVP, 2023), apenas 26% dos brasileiros acreditam que os professores são valorizados no país, o que reforça a crescente desvalorização da profissão docente. Essa perda de valor é impulsionada pela ideologia do capital, que exerce influência sobre a cultura, a sociedade, a economia e a Educação. Mas, afinal, como nós, professores, percebemos nossa profissão? Maria, por exemplo, compartilha sua visão:

Eu, como professora, acabo tendo que fazer tudo isso. Tem que ser um pouquinho de mãe, de psicólogo, de sabe não ser só um professor, porque é tanta situação que às vezes os alunos trazem em pouco tempo de conversa em particular que eu fico chocada. Acho que eu não estou preparada. Situação assim deles em particular ou familiar.

Então, essas coisas abalam a gente também. Eu filtro muito essas questões (Entrevista com Professora Maria, 2023).

Ana, por sua vez, descreve a profissão docente como a de “heróis”, afirmando: “somos professoras, mães, pais, psicólogas”. Essa definição demonstra como as professoras, tantas vezes, reconhecem os problemas estruturais relacionados à sua condição social e acabam normalizando as dificuldades, tentando justificar a sobrecarga de trabalho, a responsabilidade e até a culpa atribuída pelas questões sociais. No entanto, esquecer que elas também são vítimas dessa realidade não é aceitável, como já exposto por Sawaia (2003, p. 31), no que diz respeito ao sofrimento ético e político a que estão submetidas.

Não se pode exigir que o educador e a educadora sejam super-homens ou super-mulheres. Deve-se antes considerar que eles também estão em situação de sofrimento, não apenas por compreenderem os problemas, mas também por sua condição social.

O sofrimento ético-político é um sofrimento gerado por determinadas situações, como exemplificado por Maria, que causam um abalo emocional. As demandas de alunos, famílias, da escola e as questões pessoais que ultrapassam o âmbito da profissão contribuem para esse sofrimento, que está intimamente ligado a questões econômicas, políticas e sociais que não atendem às necessidades, além de agravá-las. Sawaia (2003, p. 56) define o sofrimento ético-político como sendo aquele

[...] gerado por práticas econômicas, políticas e sociais que variam de acordo com as variáveis dominantes (uma ou mais de uma) no processo de exclusão social: raça, gênero, idade e classe. A força do sofrimento pode ser tão intensa que chega ao limite da recusa da vida ou morte em vida.

Desse modo, ao analisar as experiências daqueles que vivem em territórios marcados por desigualdades sociais, observo como essas desigualdades impõem condições de vida precárias, a ausência de direitos, escassa ou nenhuma assistência, além de um sistema que culpabiliza a própria sociedade. Trata-se de um ciclo de negligência, abandono, exclusão e alienação que acompanha os indivíduos ao longo da vida, priorizando o lucro e a perpetuação das desigualdades estruturais.

Nesse enredo, entendo que é necessário mais do que um simples reconhecimento do problema, se o intuito é mudar essa realidade. A transformação deve ser profunda nas políticas públicas, com investimentos expressivos na Educação, na valorização dos profissionais da área e na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. O enfrentamento da desigualdade social não pode ser realizado sem a participação ativa do Estado, que deve garantir o acesso universal e igualitário a direitos como Educação, saúde e trabalho. Além disso, é preciso que a sociedade se mobilize para desmistificar a ideia de que a desigualdade é algo natural ou inevitável, reconhecendo que é resultado de escolhas políticas que beneficiam uma minoria em detrimento da maioria.

É urgente que as políticas públicas adotem uma abordagem integrada, que não se limite a ações pontuais ou paliativas, todavia que busquem alterar as raízes do problema, oferecendo alternativas reais de inclusão e de melhoria das condições de vida e de trabalho. Caso contrário, a sociedade seguirá desigual e cada vez mais naturalizada; a Educação, em vez de ser um meio de transformação social, torna-se um instrumento de reprodução das desigualdades existentes. É necessário, nesse sentido, um compromisso coletivo com a mudança, para que, de fato, a sociedade seja mais justa e solidária para todos.

8.1 A nova geração e a nova cultura: a força das influências ideológicas

Neste subcapítulo, dedico minha análise à juventude da Rede Pública de Ensino do Município de Araquari/SC, composta por alunos das professoras Ana e Maria, com idades entre 15 e 18 anos. Ao focar nessa faixa etária, procurei compreender a realidade desses jovens sob a ótica da nova geração, observando como estão sendo impactados por questões relacionadas à Educação, cultura, contexto social e o território em que vivem.

É importante ressaltar que minha pesquisa não foi realizada diretamente com os jovens. Para a análise, utilizei as narrativas das professoras, além de alguns dados e documentos sobre o território e o estado, que contribuíram para entender como o sistema educacional e cultural influencia esses jovens. Assim, essa abordagem segue a premissa de que a Educação e a cultura são elementos fundamentais na consolidação da ideologia mundial.

De acordo com dados extraídos pelo G1 (2024), em 2017, Araquari/SC registrava 1.862 estudantes matriculados no Ensino Médio. No ano seguinte, 2018, segundo a Câmara de Vereadores de Araquari, esse número saltou para 7.251 alunos matriculados nas escolas do município, representando um aumento de 4.780 estudantes em comparação com o ano anterior. Apenas na escola das professoras participantes da pesquisa, o número de alunos chega a 1.600, o que evidencia, mais uma vez, o crescimento exponencial do município.

Outro dado relevante é que, em 2018, Araquari contava com 15 escolas públicas para atender à população em idade escolar. Atualmente, segundo o site da Prefeitura de Araquari (Araquari, 2019), o número de escolas aumentou para 27. Se, em um único ano, houve um acréscimo de 4.780 alunos, é possível imaginar o impacto atual na situação das matrículas e das vagas disponíveis. Vale ressaltar, no entanto, que não encontrei dados atualizados sobre o número exato de alunos matriculados. Assim, a crescente demanda por vagas, impulsionada pelo aumento populacional, especialmente na faixa etária escolar, pode afetar diretamente a qualidade do ensino oferecido, especialmente no que diz respeito à adequação da infraestrutura, recursos humanos e à distribuição geográfica das escolas.

O que inferi a partir das narrativas das professoras Ana e Maria, ademais da visita à escola onde trabalham, é que a instituição, que antes atendia exclusivamente alunos do Ensino Médio, agora acolhe estudantes do Ensino

Fundamental. Isso significa que a escola, atualmente, abriga mais alunos do que sua infraestrutura foi originalmente projetada para comportar, com turmas que variam de 35 a 40 alunos por sala de aula. É essencial analisar essas questões para compreender os impactos que essa superlotação pode ter na condição de vida social.

Além do elevado número de alunos em idade escolar, minha pesquisa tencionou analisar dados quantitativos recentes a respeito da evasão escolar em Araquari/SC. Contudo, novamente, não encontrei dados disponíveis. No cenário nacional, estudos indicam para o aumento da evasão escolar nas escolas com a implementação do novo Ensino Médio. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) revela que apenas 15% dos estudantes brasileiros com mais de 16 anos permanecem na escola, sugerindo que a reforma pode não estar atendendo adequadamente às necessidades dos alunos. Consoante dados da Agência do Governo (Brasil, 2025), em 2021, a evasão escolar no Ensino Médio atingiu 5,9%, o índice mais alto entre as etapas da Educação Básica. Outrossim, uma pesquisa realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE-SC, 2025) sinaliza que o Novo Ensino Médio pode agravar as desigualdades e aumentar a evasão escolar, sobretudo nas regiões periféricas.

Para compreender esses dados, é fundamental considerar que os alunos vêm de uma região periférica. Araquari/SC situa-se na periferia de Joinville/SC, que concentra o polo industrial da região. Os estudantes não apenas enfrentam os desafios relacionados à escassez de vagas na Educação pública local, também a precariedade na infraestrutura e nos serviços públicos, além de um desenvolvimento econômico relativamente limitado. A professora Maria, em seu relato, identificou que esses alunos foram impactados pela Pandemia de Covid-19, que causou prejuízos irreparáveis na Educação.

A pandemia piorou muito a situação deles, porque mesmo produzindo uma apostila para os alunos muitas vezes não eram eles que respondiam. Eles nem sabiam como estudar sozinhos e os pais não sabiam explicar e acabavam fazendo por eles. Eu sei por que muitos alunos falavam para gente, há, foi minha mãe que respondeu, foi meu pai. A gente percebia que essa letra não foi do aluno, era do pai, da mãe, da tia. Então é assim, a gente viu que isso acabou piorando bastante a aprendizagem (Entrevista com Professora Maria, 2023).

As questões de infraestrutura, escassez de recursos materiais, a falta de professores e outros desafios estruturais afetam diretamente o interesse dos alunos pelos estudos, uma vez que eles se sentem pouco motivados e apoiados. A falta de incentivo em um território marcado por desigualdade está intimamente ligada à ausência de perspectivas de futuro, de dificuldades como o transporte inadequado, à insegurança, à falta de infraestrutura apropriada para o processo de ensino e aprendizagem e à escassez de docentes. Esses fatores estruturais não se limitam à falta de recursos materiais, todavia estão profundamente relacionados à exclusão social, um conceito mais amplo que vai além da privação econômica. Segundo Sawaia (1999, p. 28):

Não é resultante apenas da ausência de renda; incluem-se aí outros fatores como o precário acesso aos serviços públicos e, especialmente, a ausência de poder. Nesta direção, o novo conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia.

Os jovens, que há pouco tempo passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, ainda têm uma participação social restrita, muitas vezes sendo reduzidos à condição de adolescentes e, com isso, excluídos de processos decisórios e discussões relevantes. Esse afastamento da esfera de decisão e da compreensão de seus direitos limita a capacidade deles de se engajar ativamente nas questões sociais e políticas que os afetam. Sem a possibilidade de interagir sobre os direitos que possuem, esses jovens acabam sendo formados em um ambiente que os condiciona ao conformismo, tornando-os adultos que, mesmo concluindo a Educação Básica, provavelmente não terão acesso ao Ensino Superior e permanecerão à margem das oportunidades que poderiam lhes proporcionar uma vida melhor. Ao refletir sobre essa realidade, a professora Ana observou: *“a maioria dos meus alunos não têm perspectiva de fazer faculdade; em uma sala de 10, somente três querem seguir esse caminho”* (Entrevista com Professora Ana, 2023).

A professora Maria complementou, destacando como esse cenário mostra a falta de um horizonte que motive esses jovens a enxergarem o ensino como uma possibilidade real de mudança em suas vidas.

É, são poucos os que querem fazer faculdade, alguns querem fazer um Curso Técnico. Vou fazer o Ensino Médio, Curso Técnico, esse meu aluno que trabalha no mercado, ele acha que está ótimo, que nossa ele tá ganhando bem ali no mercado, claro, ele é um menino, é de menor, não tem família. Acho que lá na frente ele vai sentir. Vai ver a realidade. Então a gente tem que estar sempre explicando para eles isso, que é através dos estudos que eles vão conseguir uma vida melhor (Entrevista com Professora Maria, 2023).

Quando a Educação não oferece perspectivas claras, muitos jovens, como eu mesma observei, recorrem ao mercado de trabalho, vendo nele uma alternativa imediata para garantir sua sobrevivência e autonomia. Um fator crucial a ser considerado é o contexto geracional no qual muitos jovens estão imersos em uma cultura de individualismo, alimentada pela globalização e pela predominância da tecnologia e do digital. Esse cenário impacta profundamente nossas experiências, orienta nossas perspectivas sobre o ensino e afeta a forma como enxergamos nosso papel no mundo. Ademais, esse contexto está intrinsecamente ligado às questões econômicas, ideológicas e à ordem mundial vigente, que perpetuam desigualdades e limitam as oportunidades de um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo.

A juventude, como observei em meu convívio, é vista como um segmento estratégico para a economia do país, com valores hierarquizados para áreas e profissões. Um exemplo disso é o Novo Ensino Médio, que prioriza determinadas disciplinas, consideradas mais úteis para o mercado de trabalho, colocando outras em segundo plano. Essa mudança educacional, voltada para atender às demandas do mercado, também retrata um fenômeno maior: a crescente influência sobre nós, jovens, para que supervalorizemos o consumo e desvalorizemos o aspecto social e coletivo. Como discutido por Guimarães, Maciel e Gershenson (2020, p. 21),

[...] a sociedade capitalista impõe necessidades fetichizadas para ampliar os seus lucros, o que está na base do processo de consumismo, coisificação e mercantilização das relações sociais, que passam a dominar todas as esferas da vida social.

Esse fenômeno se torna evidente na narrativa da professora Ana, que nota o crescente desinteresse dos alunos em relação às aulas que são ministradas, salientando um distanciamento crescente entre os jovens e o propósito educacional.

Me deparando com muitas situações, eu acabo me questionando se consigo dar conta? Porque daí os professores adoecem e para os alunos está tudo bem, porque é isso que eles querem não ter mais comprometimento. Os professores que são comprometidos, eu pelo menos acabo me cobrando. Por que o aluno não vai mudar? Por que que é eles não querem fazer? Por quê? Eu choro, porque me cobro muito. Eu fico decepcionada, me perguntando se tento mudar as estratégias? E se não funcionar para onde correr? (Entrevista com Professora Ana, 2023).

A professora Ana continua afirmando que, apesar de dedicar seu tempo e elaborar metodologias diferenciadas, não recebe retorno por parte dos alunos.

Não adianta você dedicar seu tempo para planejar metodologias diferentes, acordar com a turma para depois eles não fazerem a parte deles. Eu fiquei bem desanimada, bem desanimada mesmo. E eu gosto de movimentar a escola, eu gosto de fazer coisas diferentes. Mas a gente se depara com situações dessas e talvez por conta de todo o contexto que a gente vem passando, acaba desanimando. (Entrevista com Professora Ana, 2023).

O processo de individualização e fragmentação do coletivo está profundamente relacionado às exigências do consumo, que, paradoxalmente, gera uma produção excessiva sem garantir satisfação. Dessa forma, instalou-se uma nova realidade de seres humanos desmotivados e desinteressados, em que as mídias e redes sociais propagam novos valores, levando muitos jovens, como eu mesma constato, a considerarem a Educação como algo irrelevante, apesar de ser um direito fundamental. Direitos que, precipuamente, ainda são mal compreendidos pelos jovens, os quais, por não se apropriar adequadamente dessas questões, tornam-se mais vulneráveis à inserção no mercado de trabalho informal. Nesse panorama, a vida humana se banaliza, e a maturação dos indivíduos acontece de forma desigual, quer dizer, muitos vivendo com baixos níveis educacionais e perspectivas limitadas de futuro.

No primeiro trimestre de 2023, Santa Catarina registrou uma taxa de informalidade de 26,1% da população, ocupando empregos sem carteira assinada (IBGE, 2023). Embora não haja dados específicos para Araquari/SC, a cidade segue a tendência estadual, onde uma em cada quatro trabalhadores estão na informalidade. A maioria desses jovens já está inserida no mercado de trabalho e, como destaque, a Educação tem sido cada vez mais deixada em segundo plano. Estamos diante de uma geração, como eu também posso perceber, que se vê compelida a iniciar no trabalho muito cedo. Ainda que nem todos os casos sejam iguais, alguns de nós começam a trabalhar precocemente

para contribuir com a renda familiar, muitos ingressam no mercado de trabalho devido às necessidades geradas pelo consumismo, com exigências impostas pelo mercado global de bens e serviços.

É parte da cultura capitalista o desejo incessante de sempre querer mais. No entanto, quanto mais se produz, menos se tem, já que a lógica do consumo é incansável e nunca se satisfaz. A proliferação de informações, a publicidade e o avanço da inteligência artificial colocam os jovens cada vez mais na posição de consumidores, sendo constantemente atraídos por novos produtos, lançamentos e promoções. Ademais, o empreendedorismo é visto como uma solução interessante para a economia, sendo incentivado, nas escolas, como uma alternativa ao desemprego. Nesse cenário, somos estimulados a abrir pequenos negócios e a divulgá-los nas mídias sociais, com o objetivo de alcançar o maior número possível de pessoas. Exemplos disso incluem empreendimento como alimentos gourmets, serviços de design de unhas, influenciadores digitais, gestores de mídias sociais, coach de vida e carreira, além de desenvolvedores de jogos e realidade virtual. Essas novas formas de trabalho refletem uma sociedade voltada para o consumo e a imagem, em que a busca por uma “oportunidade de sucesso” se sobrepõe à reflexão sobre a qualidade de vida e o bem-estar.

O incentivo ao empreendedorismo, nas escolas de Santa Catarina, tem sido fortalecido por diversas iniciativas governamentais e educacionais. Dentre as principais, acentuo o Senai, que visa qualificar profissionalmente os estudantes e fomentar a cultura empreendedora. Outro exemplo relevante é o Projeto Startup Escolas, uma iniciativa do Serviço Social do Comércio (Sesc, 2020), que busca promover a Educação empreendedora e a inovação entre os estudantes, incentivando-os a desenvolver habilidades empreendedoras desde cedo. Outrossim, foi apresentado um Projeto de Lei que propõe a inclusão da temática “empreendedorismo” na grade curricular da rede estadual de ensino, com o objetivo de identificar perfis vocacionais e desenvolver habilidades socioemocionais dos alunos. Por fim, as estratégias do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2025) de Santa Catarina também têm desempenhado seu papel, promovendo programas e projetos que incentivam a cultura empreendedora entre os estudantes e integrando o empreendedorismo no ambiente educacional.

Em outras palavras, esses programas tencionam disseminar a cultura empreendedora, que, na prática, transfere a responsabilidade pelo sucesso e ascensão socioeconômica para os jovens, com a ideia de que isso depende unicamente de força de vontade, determinação e resiliência, habilidades muitas vezes consideradas essenciais no desenvolvimento socioemocional. Contudo, ao propor a identificação de “perfis” vocacionais, esses programas acabam reforçando a exclusão social daqueles que não se enquadram nesses “perfis” ou não possuem as habilidades desejadas, marginalizando aqueles que não atendem a esses critérios. Guimarães, Maciel e Gershenson (2020, p. 27) alertam que, ao adotar esse modelo de abordagem, o sistema educacional reforça as desigualdades sociais, ao invés de promover soluções sustentáveis para elas.

Igualmente, penalizam os mais pobres, que mais necessitam dos serviços públicos, negando-lhes o atendimento de suas necessidades mais elementares, como o direito à vida, e ofertando-lhes políticas públicas focalizadas, de caráter gerencialista e voltadas ao alívio imediato da pobreza.

Além da cultura do empreendedorismo e do consumo desenfreado, a crescente influência do uso de celulares e smartphones nas escolas, onde muitos alunos, inclusive eu, possibilita o acesso a uma infinidade de informações, aplicativos de mensagens, redes sociais, entre outros. Isso, sem dúvida, reduz o tempo de atenção e concentração nas aulas. Essa questão tem sido alvo de debates e regulamentações recentes. Em 2008, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina aprovou a Lei Estadual n. 14.363, que proíbe a utilização de aparelhos de telefone celular nas salas de aula das escolas públicas e privadas. Em nível nacional, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, em novembro de 2024, um projeto de lei que veta o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos por alunos da Educação Básica, tanto em escolas públicas quanto particulares, incluindo durante o recreio e intervalos. Essas iniciativas têm como objetivo minimizar os impactos negativos do uso excessivo de celulares no ambiente escolar.

A utilização de celulares nas escolas, embora frequentemente debatido, não deve ser visto apenas como um problema isolado, mas como parte de um fenômeno social mais amplo e estruturado. A causa do impacto negativo no processo educativo está enraizada em uma sociedade cada vez mais imersa em

tecnologias digitais e no consumo excessivo, impulsionado pelo sistema capitalista. O celular em si não é o problema; ele é um reflexo de uma realidade onde as pessoas, especialmente os jovens, como eu, somos condicionados a estar constantemente conectados, sem a habilidade de nos desconectar e refletir criticamente sobre o uso dessa tecnologia. A professora Maria ressaltou que, apesar de suas tentativas de implementar metodologias mais práticas e lúdicas, ela não conseguiu despertar o interesse dos alunos, como eu mesma notei, que permaneceram distantes e desconectados do processo de aprendizagem.

Eles reclamam de tudo, nunca estão contentes com nada. A gente faz uma coisa diferente, reclama. Sai da sala, reclama. Eu, por exemplo, não gosto dessa coisa de teoria. Você ficar copiando do quadro, lendo, decorando para responder uma prova. Eu não gosto. Eu gosto daquela coisa mais prática, fazer um trabalho fora da sala, eu acho show de bola isso, só que assim é complicado. Os alunos de hoje só querem saber do celular. Se você disser assim, ó, fica a aula toda com o seu celular, aí eu te dou 10 lá no final aí eles iriam gostar, eu acho que é isso que eles querem (Entrevista com Professora Maria, 2023).

Ela continuou asseverando que esses jovens têm acesso a celulares e telas desde a infância, o que torna ainda mais difícil desconectá-los e motivá-los a se engajar no processo de aprendizagem.

Essa questão da internet mesmo, que facilita muitas coisas para eles e eles não têm um limite. Quem tem celular desde bem pequeno, acaba aprendendo muita coisa de maneira rápida, mas eu vejo que eles não têm um limite, uma disciplina (Entrevista com Professora Maria, 2023).

Mesmo com as tentativas de proibição nas escolas, o impacto do uso excessivo de smartphones já afeta de maneira significativa o desenvolvimento cognitivo dos jovens, sua capacidade de concentração, atenção e associação de informações. Esse emprego constante de dispositivos móveis altera a forma como o cérebro processa informações, favorecendo estímulos imediatos e fragmentados, prejudicando a aprendizagem profunda e o pensamento crítico. Mesmo que eu e outros estudantes não utilizemos os celulares durante as aulas, já estamos imersos nesse fenômeno social que transforma o smartphone em uma extensão de nós mesmos, um objeto que vai além da função de comunicação e passa a ser uma ferramenta de validação social e consumo incessante.

Esses fatores de desigualdade e falta de perspectiva para os jovens não são apenas resultado da escassez de recursos, porém de um sistema que promove a alienação e a desconexão das questões mais profundas da vida social. No contexto atual, em que as condições de vida são marcadas por um sistema capitalista que prioriza o lucro sobre o bem-estar coletivo, nós, jovens, acabamos sendo condicionados a adotar uma postura consumista e conformista, muitas vezes sem perceber. Isso acontece em um ciclo em que a superficialidade, o imediatismo e a busca incessante por consumo tornam-se centrais, dificultando o desenvolvimento de uma visão crítica e criativa sobre a realidade ao nosso redor. Como apontam Guimarães, Maciel e Gershenson (2020, p. 22):

A produção de capital é diretamente proporcional à geração de pobreza e desigualdades, de concentração de renda e riqueza nas mãos de particulares e, do aumento da massa de populações descartáveis ou a massa da superpopulação consolidada.

O desafio atual é como reconectar essa juventude com os sentidos e significados mais profundos da vida, resgatando a essência do ser humano e promovendo um ensino que ajude a desvincular os jovens da cultura consumista. Acredito ser fundamental incentivar a volta ao social, ao humano, e proporcionar uma Educação que valorize a reflexão, o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de conexão genuína com as pessoas. Esses elementos devem ser resgatados não apenas nas escolas, mas também nas famílias e na sociedade de maneira mais ampla.

Chegamos a esse ponto crítico porque permitimos que estruturas basilares, como a Educação e a convivência familiar, fragmentassem-se ao longo do tempo. Com familiares trabalhando longas horas, muitos jovens passam o dia sem a presença ativa de seus pais ou responsáveis, o que resulta em uma falta de vínculo e de orientação dentro do lar. Além disso, a ausência de relações mais profundas e significativas entre as pessoas tem levado à perda do sentido do coletivo. Em vez de fortalecer a convivência social e as relações interpessoais, afastamo-nos do senso de comunidade, aproximando-nos de um individualismo cada vez mais marcado.

Essa desconexão não afeta somente as famílias e as escolas, mas reverbera em toda a sociedade, criando um ciclo de alienação e distanciamento

de valores humanos essenciais. Eu vejo que os jovens, gradativamente, são ensinados a valorizar o que é efêmero, imediato, superficial, enquanto os princípios mais profundos, como a empatia, a solidariedade, o pensamento crítico e a reflexão sobre o sentido da vida, são, progressivamente, deixadas de lado. A cultura de consumo se impõe como um modelo de existência, em que a busca incessante por novos bens materiais e experiências efêmeras acaba por substituir uma consciência social.

Estamos, portanto, diante de uma geração que, muitas vezes, se vê imersa em um individualismo exacerbado, onde o “ter” é mais importante do que o “ser”. O consumo se torna uma forma de afirmar o valor pessoal, e a busca por status e aprovação social através de redes e plataformas digitais obscurece a verdadeira construção de caráter e identidade. Nesse cenário, a alienação toma conta, afastando os jovens da reflexão crítica acerca das estruturas que regem sua realidade e os valores que deveriam orientá-los, substituindo esses questionamentos por uma aceitação passiva das normas e expectativas impostas pela sociedade de consumo.

Essa realidade é alimentada, em parte, pelo sistema capitalista, que perpetua um ciclo de insatisfação e competição, onde a produção e o consumo são as forças que moldam a vida cotidiana. O capitalismo cria a falsa ilusão de que a felicidade e o sucesso podem ser comprados, e que o valor de uma pessoa está relacionado ao que ela possui ou ao que consegue produzir. Esse modelo, ao invés de promover o bem-estar coletivo e o desenvolvimento integral dos indivíduos, incentiva a exploração, a alienação e a fragmentação das relações sociais.

Entretanto, é preciso reconhecer que, embora a sociedade, as estruturas de poder e a cultura do consumo desempenhem um papel fundamental nesse processo de alienação, também temos um papel ativo em sua perpetuação. Considero ser essencial que tanto a educação quanto as famílias se tornem espaços de resistência, de reflexão e de fortalecimento dos valores humanos mais profundos. Para que os jovens possam encontrar um propósito maior, é fundamental que lhes seja oferecido um ambiente de aprendizado que vá além da formação técnica e profissional, e que os conduza a um entendimento mais amplo de si mesmos, da sociedade e do mundo.

A reconstrução de uma sociedade mais solidária, empática e consciente, no contexto de Araquari/SC, passa pela recuperação de espaços de diálogo,

escuta e reflexão, e isso inclui uma Educação que promova o pensamento crítico, o respeito às diferenças e o estímulo à ação coletiva. A formação dos jovens, especialmente em contextos como do município estudado, não deve se limitar à preparação para o mercado de trabalho, precisa ser uma preparação para a vida em sociedade, permitindo que tomem decisões responsáveis, envolvam-se em causas sociais e desenvolvam uma visão crítica e consciente do mundo. No entanto, o que vejo, atualmente, com a priorização de uma Educação voltada apenas para o consumo e para as necessidades do mercado, só contribui para a manutenção das desigualdades sociais, criando uma geração que supervaloriza bens materiais e desvaloriza os aspectos sociais e humanos das relações. A busca por uma mudança significativa carece de ser integrada, envolvendo todos os âmbitos da vida social, da escola à família, das políticas públicas à cultura popular. Como defendem Sawaia (2003) e Laval (2017) é crucial que a sociedade e a Educação revelem as dinâmicas de poder que sustentam as desigualdades e alimentam a alienação social. Esse entendimento é necessário para que, de fato, seja promovido um ensino que fortaleça valores humanos fundamentais e propicie uma mudança crítica nas estruturas sociais e econômicas que perpetuam a fragmentação e o individualismo.

9 TERRITÓRIO, DESIGUALDADE E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO EM ARAQUARI/SC

A história do Brasil foi construída sobre as desigualdades sociais, que mantêm uma parte significativa da população dependente do sistema capitalista. As marcas deixadas pelo passado como as violações de direitos, as injustiças, a escravidão, a concentração de terras, a exploração de negros e indígenas, e a Ditadura Militar continuam a refletir-se na realidade atual. Ao analisar território brasileiro, observo o cenário político caracterizado por contradições e constantes reformulações. Sem embargo, ao que alude ao contexto específico de Araquari/SC, essas desigualdades se tornam ainda mais evidentes, não só pela presença de uma concentração de recursos e serviços em áreas como Joinville/SC, mas também pela falta de investimentos específicos e continuidade de políticas públicas no município. Na Educação, essas desigualdades se manifestam em estratégias que não são efetivamente implementadas, em projetos que não têm continuidade e na falta de investimentos consistentes, como é o caso da realidade educacional observada em Araquari/SC.

No Brasil, a concentração de renda é particularmente acentuada, influenciada por padrões culturais herdados que perduram até hoje. O país, que é rico em recursos naturais e culturais, convive com uma parcela da população em condições de pobreza, em um panorama em que todos poderiam ter vidas dignas, caso houvesse uma distribuição de renda mais justa. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil ocupa a 14ª posição entre os países com maior desigualdade social, descortinando que uma pequena parcela da população concentra a maior parte da riqueza. Esse dado é revelador do cenário macroeconômico, mas, em Araquari/SC, a realidade também reflete essas desigualdades, com muitos moradores enfrentando dificuldades no acesso à Educação e ao mercado de trabalho, ainda que tenham migrado para o município em busca de melhores condições.

A distribuição de renda, no Brasil, apresenta um cenário alarmante de desigualdade, uma parte expressiva da população luta para sobreviver com uma renda per capita familiar inferior ao mínimo necessário para cobrir suas necessidades essenciais. De acordo com dados IBGE (ANO), uma parcela considerável da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza, com

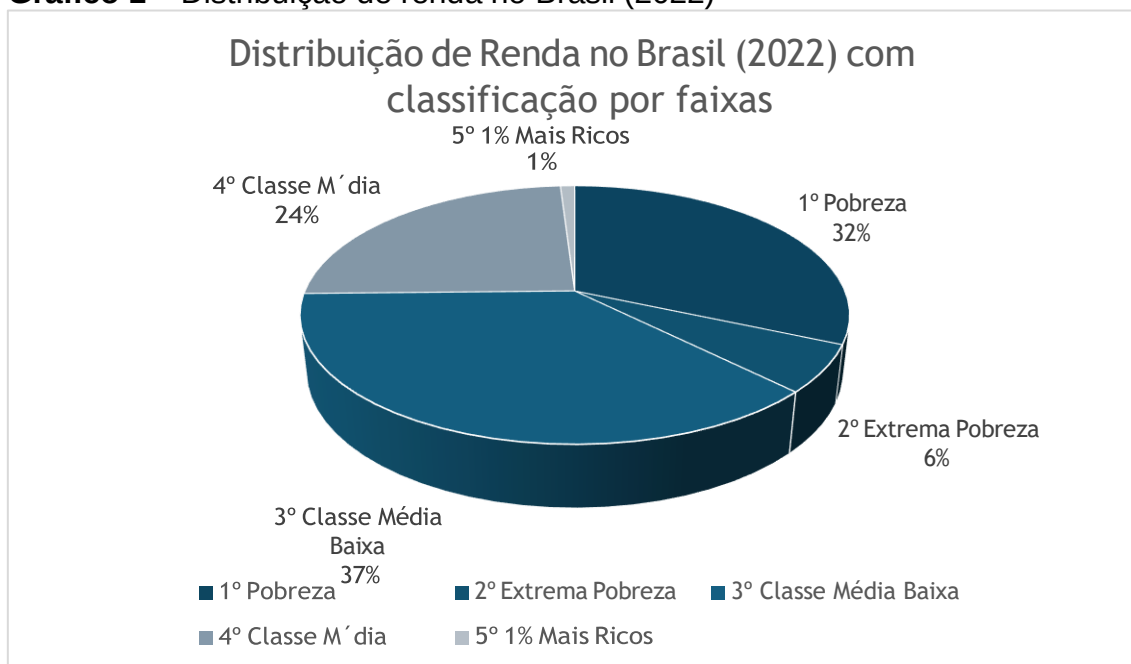
rendimentos insuficientes para garantir acesso pleno à Educação de qualidade, serviços de saúde adequados, segurança, cultura e outras necessidades básicas. Em 2022, aproximadamente 25% da população brasileira vivia com uma renda inferior a R\$ 500 mensais por pessoa, salientando a profundidade das disparidades econômicas no país.

Além disso, a concentração de renda, no Brasil, é uma das mais altas do mundo. Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2022) aponta que, em 2021, os 10% mais ricos detinham cerca de 43% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficavam com apenas 10% da riqueza gerada. Entretanto, no município de Araquari/SC, essa desigualdade também se reflete em um ciclo de pobreza e exclusão, com muitos jovens e adultos da cidade enfrentando dificuldades de acesso ao mercado de trabalho devido à falta de qualificação e ao baixo nível educacional local.

A desigualdade de renda impede o acesso da população a uma vida digna e, sobretudo, compromete o desenvolvimento do país como um todo, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social. A falta de políticas públicas eficazes para combater essas disparidades contribui para a marginalização de amplos setores da sociedade, limitando o acesso a direitos fundamentais e aprofundando as divisões sociais.

O Gráfico 1, apresentado na sequência, ilustra de forma clara essa disparidade, mostrando como a maior parte da riqueza nacional está concentrada nas mãos de uma minoria, enquanto a grande maioria da população luta para atender às suas necessidades básicas. Essa análise é crucial também no contexto de Araquari/SC, onde a desigualdade social e a concentração de recursos afetam diretamente as oportunidades educacionais e de emprego para os jovens, reforçando as divisões sociais e econômicas na cidade.

Gráfico 1 – Distribuição de renda no Brasil (2022)



Fonte: Elaborado pela autora com dados de IBGE (2022), Atlas da Desigualdade Econômica (2022) e Extra Classe (2024).

A concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população está diretamente relacionada à taxa de violência no Brasil, realçando que o elevado índice de desigualdade está intrinsecamente ligado à marginalização de amplos setores da sociedade. Essa realidade afeta principalmente a população jovem e pobre, composta por homens, mulheres, crianças e adolescentes que possuem potencial e sonhos, todavia enfrentam barreiras comuns em suas trajetórias: a falta de renda, a escassez de oportunidades e a ausência de garantia de seus direitos fundamentais.

Em Araquari/SC, é perceptível a migração de pessoas oriundas de outras localidades em busca de melhores condições de vida; contudo, essa movimentação nem sempre resulta em mudanças significativas no contexto social, sobrelevando a persistência de diversas barreiras. Mesmo após o deslocamento para o município, essas pessoas ainda enfrentam dificuldades para mudar de vida, pois obstáculos como o analfabetismo e a baixa escolaridade continuam a ser barreiras difíceis de superar, restringindo o acesso a melhores oportunidades e à ascensão social.

Essa desigualdade histórica também se manifesta no índice de analfabetismo, no Brasil. De acordo com o Censo de 2022, a taxa de analfabetismo no país foi de 7%, correspondendo a aproximadamente 11,4 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever. Esse cenário é ainda mais

grave quando analisado sob a ótica das desigualdades regionais e raciais. As disparidades entre grupos raciais negros, pardos, brancos e indígenas são evidentes e refletem dívidas históricas que o Brasil carrega, alimentando as desigualdades que persistem até os dias de hoje. A persistência do analfabetismo e da baixa escolaridade é um reflexo direto dessa estrutura desigual e, conseqüentemente, limita as chances de ascensão social de uma parcela da população.

O baixo nível educacional tem implicações profundas no mercado de trabalho, afetando diretamente a qualidade de vida e as oportunidades econômicas das pessoas. Com o avanço da globalização e a evolução das exigências do mercado, especialmente com o uso crescente de tecnologia, a falta de qualificação se torna um fator crucial para a exclusão de muitas pessoas. No contexto atual, indústrias de ponta, como a BMW em Araquari/SC, manifestam como a falta de preparação local leva à importação de mão de obra qualificada de outras regiões. Esse fenômeno, além de limitar o acesso de muitas pessoas às novas demandas do mercado, também ilustra como a desigualdade educacional está ligada a uma divisão mais ampla, que exclui e marginaliza as camadas sociais mais vulneráveis.

Como destaca a citação do livro *Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do serviço social*:

Sem embargo, no modo de produção capitalista, estas condições são subtraídas da classe trabalhadora e quanto mais complexas as sociedades e a forma de organização do trabalho, mais agudas, manipuladoras e subliminares são as estratégias para a captura material e simbólica da classe que produz. Além de níveis cada vez mais intensos de exploração da força de trabalho, flexibilização/precarização de vínculos, condições e relações de trabalho, que desencadeia desgaste e adoecimento físico e mental de trabalhadores (Prates, Carraro, Zacarias, 2020, p. 21).

Nesse sentido, a Educação, no Brasil, é profundamente marcada por padrões desiguais, que persistem mesmo com o aumento do número de matrículas nas escolas. O simples fato de mais pessoas estarem na escola, embora seja um avanço importante, não garante, por si só, um ensino de qualidade e eficaz. Isso porque a Educação está intrinsecamente ligada a fatores sociais complexos, como o acesso físico e geográfico às escolas, a disponibilidade de alimentação adequada, às condições de infraestrutura das instituições, à formação e à valorização dos professores, ademais das demandas

e dificuldades enfrentadas pelos alunos fora do ambiente escolar. Muitos jovens, por exemplo, precisam conciliar os estudos com o trabalho, reverberando diretamente no seu desempenho acadêmico e no aproveitamento do conteúdo. Esses fatores tornam o processo educativo mais desafiador, maiormente para os estudantes de classes sociais mais baixas, como ocorre em Araquari/SC.

A desigualdade no sistema educacional brasileiro é ainda mais evidente quando são comparadas as condições do ensino público e privado. A disparidade entre esses dois setores é abissal: enquanto as escolas privadas, geralmente, oferecem uma grade curricular mais diversificada, infraestrutura superior e, em muitos casos, acesso a cursos preparatórios para vestibulares e concursos, as escolas públicas enfrentam uma realidade de escassez de recursos, infraestrutura precária e um sistema pedagógico que nem sempre consegue atender às necessidades dos estudantes de maneira efetiva. Nas escolas públicas, muitos alunos precisam trabalhar para ajudar no sustento da família, o que compromete seu tempo e dedicação aos estudos. Já os estudantes das escolas privadas, muitas vezes, têm o privilégio de se concentrar somente nos estudos e, como consequência, têm acesso a oportunidades mais vantajosas, como os cursos preparatórios para vestibulares, aumentando suas chances de ingressar no Ensino Superior.

Outro fator que agrava ainda mais essa desigualdade é a competição pelo Ensino Superior. Os alunos das escolas privadas, normalmente, buscam as universidades públicas pela qualidade do ensino e pelo prestígio dessas instituições. Isso cria uma pressão adicional para os estudantes de escolas públicas, que enfrentam uma luta desproporcional por vagas nas universidades, apesar da existência de políticas afirmativas como as cotas. Embora as cotas representem um avanço importante para promover a inclusão de estudantes da educação pública, ainda há um desequilíbrio nas oportunidades de ingresso no Ensino Superior. Mesmo com as cotas, os alunos de escolas públicas enfrentam desvantagens históricas em relação aos de escolas privadas, tanto em termos de preparação acadêmica quanto em termos de acesso a outras formas de capital social e cultural que os favorecem no processo seletivo.

Essas questões estão tão profundamente naturalizadas pela sociedade que é comum as pessoas julgarem os jovens das escolas públicas como preguiçosos, sem responsabilidade e desmotivados. Esse julgamento reflete, mais uma vez, a culpabilização dos próprios jovens pela condição desigual em

que se encontram, como se a mudança de sua realidade dependesse unicamente de força de vontade. No relato da professora Ana, ela atribuiu o desinteresse dos jovens ao próprio comportamento deles, ressaltando que, em sua época, para conseguir ingressar na faculdade, teve que enfrentar inúmeros desafios. A professora está tão imersa nessa estrutura de desigualdade que, de forma inconsciente, considerou essa condição como algo natural e inevitável. Esse pensamento demonstra um ciclo vicioso em que as desigualdades são perpetuadas, por vezes, sem questionamento ou reflexão crítica, como se fossem parte do normal e do esperado.

Agora o Ensino Médio está assim, só reclamando que não tem tempo, que precisam trabalhar, que não tem tempo para estudar e fazer tarefa. Daí eu falo para eles: eu também trabalho. Eu começo às sete da manhã e uma vez por semana eu vou até às dez da noite. E final de semana alguém trabalha aqui? Raros os que trabalham. Então, de final de semana, enquanto vocês estão indo para a baladinha, indo aproveitar com a família, os professores estão lá em casa, corrigindo, planejando, lançando nota, então a responsabilidade é nossa. E algum dia eu cheguei aqui, falei, ó pessoal, eu não vou fazer nada, não vou dar aula eu não tive tempo, porque estava dando aula para vocês. Falei, bem-vindo ao mundo dos adultos, agora precisam se ajustar (Entrevista com Professora Ana, 2023).

Por isso, a formação continuada de professores é fundamental para a qualidade do ensino. Como afirmou Freire (1996, p.): “se a Educação não pode mudar a sociedade, a sociedade tão pouco muda sem ela”. A formação contínua permite que os professores repensem suas realidades e experiências, e que tenham tempo para estudar, debater e dialogar sobre os problemas presentes na Educação. Sem um olhar crítico sobre esses desafios, os educadores dificilmente conseguirão ajudar seus alunos a desenvolverem uma visão crítica sobre o mundo.

No relato da professora Ana, podemos constatar que muitos educadores tentam aplicar as mesmas metodologias que foram usadas com eles enquanto estudantes, como o discurso de que “somente com o ensino os alunos terão chances melhores”. No entanto, essas frases já não têm o mesmo impacto entre os jovens de hoje. Isso se deve, em parte, ao fato de que os estudantes estão cada vez mais imersos nas redes sociais e acompanham figuras públicas como jogadores de futebol e influenciadores digitais que atingiram sucesso sem uma trajetória educacional convencional. Esse fenômeno notabiliza a desconexão entre o discurso educacional tradicional e a realidade social e cultural dos alunos,

que estão cada vez mais expostos a outras formas de sucesso, muitas vezes desvinculadas do sistema educacional formal. Essa diferença gera desafios na relação entre professores e alunos, especialmente em regiões como Araquari/SC, onde muitos jovens veem no trabalho precoce ou em carreiras alternativas um modo mais imediato de sucesso, em detrimento da continuidade dos estudos.

O sonho que eu tinha, que a Maria tinha e que vocês tinham. Sonhos que tínhamos e conseguimos, que estamos aí hoje na batalha todos os dias. A maioria dos meus alunos não tem, uma sala de dez somente três querem fazer faculdade (Entrevista com Professora Ana, 2023).

Por outro lado, o relato da professora Maria aclarou a genuína preocupação com o futuro dos alunos, mesmo quando as metodologias aplicadas já não têm o impacto desejado. A professora Maria destacou como ela se sente realizada ao ver seus alunos alcançando sucesso, como no caso de um aluno surdo que se formou e hoje é gerente de uma empresa. Ela acredita que sua contribuição, mesmo que indireta, teve um papel importante na trajetória do aluno, e isso a motiva a continuar na profissão. A dedicação das professoras Maria e Ana, portanto, vai além da aplicação de técnicas pedagógicas; trata-se de um compromisso pessoal e afetivo com o futuro dos estudantes, algo que se reflete também na cidade de Araquari/SC, onde as dificuldades socioeconômicas influenciam diretamente a visão de futuro desses jovens.

Eu acredito que essa preocupação nossa com eles, com o futuro deles, com os profissionais que eles vão ser. Eu me preocupo com os meus alunos. Eu gosto quando, por exemplo, eu fui tradutor, intérprete de libras de alguns alunos da faculdade. E hoje eu vejo encontro um aluno meu casado com filho e gerente de uma empresa, um surdo. Encontrei com ele lá em Joinville e nossa eu fiquei muito feliz assim. É uma alegria que eu sei que de alguma forma eu fiz parte. Interpretando as aulas para ele, a faculdade inteira, os 4 anos. Então, assim eu, de alguma forma fiz parte e vi que deu certo. Sinto como se fosse parte da minha família. Um aluno meu saber que ele lá na frente se deu bem ou vai se dar bem. Isso é importante para mim, até para minha construção e até para eu continuar na profissão. (Entrevista com Professora Maria, 2023).

A professora Maria complementou a fala da professora Ana, frisando que esse encontro foi realizado em dupla, possibilitando uma troca de diálogos entre as professoras participantes.

É, são poucos os que querem fazer faculdade, alguns querem fazer um Curso Técnico. Vou fazer o Ensino Médio, Curso Técnico, esse meu aluno que trabalha no mercado, ele acha que tá ótimo, que nossa ele tá ganhando bem ali no mercado, claro, ele é um menino, é de menor, não tem família. Acho que lá na frente ele vai sentir. Vai ver a realidade. Então a gente tem que estar sempre explicando para eles isso, que é através dos estudos que eles vão conseguir uma vida melhor (Entrevista com Professora Maria, 2023).

A formação de professores continua sendo um aspecto central para garantir a qualidade do ensino, mas a disparidade entre os salários dos professores de Araquari/SC e os de Joinville/SC é um reflexo das desigualdades regionais que impactam diretamente a qualidade da Educação. Essa desigualdade salarial é ainda mais acentuada nas regiões periféricas, como Araquari/SC, onde os educadores enfrentam maiores desafios para implementar práticas pedagógicas eficazes, devido à limitação de recursos e ao baixo nível de investimento. Esses fatores dificultam o trabalho dos professores, que, mesmo com toda a sua dedicação, têm dificuldade em promover um aprendizado significativo para seus alunos.

Durante meu estágio de docência em Araquari/SC, pude vivenciar de perto essas desigualdades. Ao acompanhar a realidade dos jovens, percebi como as dificuldades socioeconômicas e a falta de recursos afetam diretamente o processo de ensino e aprendizagem. Muitos alunos precisavam equilibrar trabalho e estudo, o que prejudicava sua concentração e comprometia seu desempenho acadêmico. A convivência com o território local me possibilitou constatar como a falta de infraestrutura e apoio pedagógico torna o ensino ainda mais desafiador para os educadores.

Essa experiência também me fez refletir sobre o impacto das condições de trabalho dos professores e os baixos salários em Araquari/SC, dificultando a implementação de práticas pedagógicas de qualidade. A desigualdade educacional, nesse contexto, manifesta-se tanto nas condições de ensino quanto nas oportunidades para os alunos, que, muitas vezes, não têm acesso a uma formação que os prepare adequadamente para os desafios do mercado de trabalho. O território local tem um impacto profundo na Educação, pois define o acesso a recursos, moldando as perspectivas dos alunos.

É fundamental que políticas públicas eficazes sejam implementadas para combater as desigualdades educacionais e sociais. A Educação deve ser vista como uma ferramenta crucial para promover a inclusão social e reduzir as

disparidades, criando condições para que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades que lhes permitam mudar suas realidades. O investimento em Educação Básica, programas de qualificação profissional e inclusão digital são essenciais para garantir que a população, especialmente os mais jovens, possam alcançar uma vida digna e participar plenamente do desenvolvimento do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa narrativa/biográfica representou um grande desafio para mim, pois refletir sobre experiências dentro do território de Araquari/SC revelou a urgência de desenvolver um pensamento crítico e uma consciência mais aprofundada para compreender como a desigualdade social se perpetua no município, precipuamente na Educação pública. A pesquisa se baseou em dados, fundamentação teórica e nas narrativas das professoras Ana e Maria, além da minha própria narrativa, cujas histórias foram fundamentais para entender o descaso das políticas públicas com Araquari/SC. Esse descaso se manifesta desde o acesso ao ensino e a manutenção da frequência escolar, até questões como o salário dos professores, a sobrecarga de trabalho e o desgaste físico e emocional enfrentado por eles.

Ao ponderar acerca desses dados, foi possível notar como a Educação, no contexto de Araquari/SC, encontra-se cada vez mais afastada dos princípios de qualidade e equidade, sendo transformada em um bem mercadológico, como analisado por Laval (2013). A falta de políticas públicas adequadas e a precarização do trabalho docente ampliam as desigualdades, criando um ciclo de exclusão social e educacional que se retroalimenta. Contudo, ao refletir sobre esses desafios, vislumbrei a importância de fortalecer a pesquisa científica e as ações coletivas como instrumentos de conscientização e transformação.

Esta pesquisa não se limitou a constatar os problemas, mas propõe uma reflexão contínua a respeito do papel da Educação como agente de transformação social. Embora as mudanças estruturais exigem tempo e esforços coletivos, a conscientização e a reflexão, aliadas a um engajamento ativo, são fundamentais para provocar uma mudança real. A responsabilidade que recai sobre os educadores e pesquisadores é imensa, pois, além de compreenderem a complexidade do sistema educacional, devem engajar-se ativamente na luta por uma Educação mais justa e acessível a todos. Ao compartilhar as experiências e os desafios enfrentados pelas professoras e por mim mesma, espero inspirar outros educadores e cidadãos a se engajarem em uma ação coletiva que possa impactar positivamente a educação em territórios vulneráveis.

A reflexão contínua evidenciou a importância da formação continuada em minha trajetória. Esta pesquisa trouxe uma crítica sensível às minhas próprias experiências, permitindo-me perceber e tomar consciência sobre meu percurso

formativo. Antes de ingressar no mestrado, eu julgava minha trajetória como confusa, acreditando ter dedicado esforços a uma formação que, na prática, não se materializava. Hoje, no entanto, reconheço a relevância desse percurso para minha constituição como pesquisadora e compreendo a importância das experiências vividas na construção da minha trajetória acadêmica e profissional.

A pesquisa também abre caminho para novas investigações, buscando não apenas entender as realidades locais, mas também sugerir ações concretas que possam promover mudanças reais. O conhecimento gerado aqui se projeta como um convite à ação coletiva e ao fortalecimento de políticas públicas que impactem positivamente a Educação em regiões periféricas como Araquari/SC. A Educação precisa ser um lugar de debate e reflexão e, acredito que, ao adotar essa perspectiva, começa a haver mudança nas condições atuais, ampliando a compreensão das desigualdades e trabalhando para transformá-las.

Questiona-se, assim, se seria utópico manter a esperança diante dos inúmeros desafios educacionais em Araquari/SC, especialmente considerando a nova cultura global que desvaloriza progressivamente a docência. O panorama local revela a precariedade das condições de ensino: jornadas de trabalho excessivas, baixos salários para os docentes, políticas públicas insuficientes e falta de investimento, fatores que agravam a evasão escolar e intensificam as desigualdades sociais. Essa combinação de fatores evidencia um descompasso entre as necessidades educacionais locais e a oferta disponível, reforçando a urgência de alinhar as demandas do território às políticas e práticas educativas.

Em síntese, embora as transformações materiais ainda não tenham ocorrido, a pesquisa promoveu uma reflexão crítica sobre a formação docente. Mesmo diante das adversidades, é possível vislumbrar que o fortalecimento do diálogo e da narrativa no processo educativo constitui um caminho promissor para inspirar mudanças significativas na prática social e na educação local.

Nesse sentido, refletir sobre todos esses elementos fez-me observar como o município está se distanciando de uma Educação de qualidade e equidade. Como ensina Sawaia (2019) e Laval (2013), a Educação, ao ser tratada como uma mercadoria e não como um direito fundamental, contribui para a desigualdade e aprofundamento da exclusão de uma parte significativa da população, principalmente em territórios vulneráveis como Araquari/SC. Essa visão mercadológica do ensino, que a vê como um produto a ser consumido, nega os princípios de equidade que deveriam ser o cerne de qualquer sistema

educacional democrático. A Educação deixa de ser um instrumento de emancipação e passa a ser um mecanismo que serve apenas aos interesses do mercado, cada vez mais distante das realidades locais e das necessidades reais da população.

Embora estejamos distantes de mudanças significativas, trabalhos como este, bem como os de pesquisadores como Laval, Sawaia e outros, são essenciais para que não percamos de vista as demandas históricas profundamente enraizadas no Brasil. Não podemos tratar como algo naturalizado a culpabilização dos professores, a sobrecarga de trabalho, a qualidade do ensino deficiente e a perpetuação das desigualdades. Ao contrário, precisamos continuar acreditando no futuro e nas novas gerações de jovens. Foram as narrativas compartilhadas pelas professoras Ana e Maria, e a reflexão sobre minha própria experiência, que me permitiram enxergar um cenário de dificuldades e, em especial, a possibilidade de transformação.

Destaco, ainda, a importância de o professor se manter como pesquisador e se engajar na formação continuada. Somente assim conseguirá avaliar as falhas do sistema e conscientizar a nova geração sobre as desigualdades estruturais que os cercam. O professor, ao se tornar um sujeito crítico e reflexivo, tem o poder de transformar a Educação e ajudar os alunos a entenderem o mundo de maneira mais ampla, despertando neles a capacidade de questionar e de agir. O ensino não pode ser visto como um simples processo de transmissão de conteúdos, todavia como uma prática que objetiva a emancipação do ser humano e a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Enquanto professores, devemos lutar, também, para garantir que a Educação continuada seja um direito legítimo dos educadores, assegurando que tenham tempo e condições de refletir sobre as questões que envolvem o processo de ensino e aprendizagem. A escola precisa ser um espaço de debate e construção coletiva, e não um ambiente que somente repasse conteúdos de forma automatizada, como se os alunos fossem meros receptores. A “aprovação automática” não pode ser uma prática naturalizada; ela é um sintoma claro de um ensino que falha em cumprir sua verdadeira missão.

O cenário das políticas públicas, muitas vezes, mostra-se ineficaz e insuficiente para suprir as necessidades da população, especialmente em áreas periféricas e vulneráveis como Araquari/SC. No entanto, isso não deve ser motivo para desânimo. Pelo contrário, é um chamado à ação. A carência do

município e do país é de políticas públicas eficientes, que não apenas busquem mitigar os efeitos da desigualdade, mas que atuem de modo estruturante para reduzir as disparidades e promovam a justiça social. Além disso, é fundamental que haja mais investimentos em ensino, infraestrutura, saúde e segurança, para que as condições de vida dos moradores de Araquari/SC melhorem, garantindo que todos tenham acesso ao direito à Educação de qualidade.

Por fim, é fundamental reconhecer que as mudanças estruturais exigem esforços coletivos e uma ação integrada de todos os envolvidos na sociedade. A pesquisa científica desempenha um papel primordial nesse processo, pois é por meio dela que conseguimos alcançar uma reflexão mais profunda e ampla sobre as questões que impactam o ensino e a sociedade como um todo. Como professora e pesquisadora, vejo a responsabilidade de contribuir com essa reflexão, estimulando a conscientização coletiva e o engajamento em ações que visem transformar a realidade educacional e social. A partir das experiências compartilhadas ao longo desta pesquisa, espero inspirar educadores, gestores públicos e cidadãos em geral a se unirem na luta por uma Educação mais justa e igualitária, capaz de quebrar o ciclo de desigualdades e oferecer a todos, maiormente à nova geração, a oportunidade de um futuro mais digno e transformador.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Cortes orçamentários e impacto nas universidades federais e Institutos Federais**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br>. Acesso em: 18 jan. 2025.

G1. Globo.com. **Araquari, em 2018 contava com 15 escolas públicas, incluindo estaduais e municipais, e 20 Centros de Educação Infantil** [online]. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/irineu-imoveis/araquari-a-bola-da-vez/noticia/2019/05/13/onde-estudar-em-araquari.ghtml>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ARAQUARI. Prefeitura Municipal. Plano Municipal de Educação. **Dados de matrículas em 2017 e 2018** [online]. 2019. Disponível em: <https://documentos.mpsc.mp.br/portal/conteudo/Plano%20Municipal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Meta%201%20-Araquari.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Sérgio L. B. de Carvalho. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

BRASIL. Agência do Governo – Dados Educacionais. Ministério da Educação. **Dados e estatísticas sobre a Educação Básica no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CANAL UNIVERSO ANIMADO. **O Menino, a Toupeira, a Raposa e o Cavalo** [filme]. 2022. 32 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fbdem4g_LEc&list=PLwbqv_qk5neB2i6A_EMiChM_hrVxJZYxR. Acesso em: 26 jan. 2025.

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; CUNHA, Jorge Luiz da; BÔAS, Lúcia Villas. **Pesquisa (auto)biográfica: Diálogos epistêmico-metodológicos**. Curitiba, Paraná: Editora CRV, 2018.

CNTE. **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação**.

Disponível em: <https://www.cnte.org.br>. Acesso em: 14 jan. 2025.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 23, n. 2, 2006.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/GxgXTXCCBkYzdHzbMrbbkpM/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 12 de abr. de 2025.

EXTRA CLASSE. Pobreza diminui, apesar da extrema riqueza. 2024.

Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/economia/2024/09/pobreza-diminui-apesar-da-extrema-riqueza>. Acesso em: 16 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**: Reflexões sobre minha vida e minha práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, São Paulo, 2002.

G1. Globo.com. **Educação perde R\$ 42,3 bilhões até 2030 com corte de gastos** [online]. 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/11/29/educacao-perde-423-bilhoes-ate-2030-com-corte-de-gastos.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2025.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suarez;

GERSHENSON, Beatriz (Org.). **Neoliberalismo e desigualdade social**: reflexões a partir do serviço social. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2020.

Disponível em:

[https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/17245/2/Formacao em Servico Social no Brasil problematizando os desafios do tempo presente.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/17245/2/Formacao_em_Servico_Social_no_Brasil_problematizando_os_desafios_do_tempo_presente.pdf).

Acesso em: 12 abr. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Pobreza cai para 31,6% da população em 2022 após alcançar 36,7% em 2021.** Agência IBGE de Notícias, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>. Acesso em: 16 jan. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo Demográfico 2022:** população de Araquari é de 45.180 pessoas. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/06/28/populacao-de-araquari-sc-e-de-45-180-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 9 jan. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo Demográfico 2024.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2025.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Instituto Federal Catarinense, Câmpus Araquari. **Histórico institucional.** 2025. Disponível em: <https://araquari.ifc.edu.br/>. Acesso em: 9 jan. 2025.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2021.** 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2025.

IVP. Indicador de Valorização de Professores. **Indicador de Valorização de Professores – IVP, 16 de outubro de 2023** [online]. 2023. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/indicador-de-valorizacao-de-professores-ivp/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

JOERGES, Bernward. Large technical systems: concepts and issues. In Maynz, R.; Hughes, T. P. (eds). **The development of large technical systems.** Campus Verlag, Frankfurt. 1988.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** a privatização do saber e o futuro da educação. Tradução de Fernando de Salles. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LAVAL, Christian. **Educação democrática**: a revolução escolar iminente. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

MORICEAU, Jean-Luc. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Fafich/Selo PPGCOM/UFMG: Ensaios, 2020. Disponível em: <https://hal.science/hal-03030241/document>. Acesso em: 12 abr. 2025.

NÓVOA, António. **Professores**: Imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

PIERRE, Bourdieu. **A distinção**: crítica social do julgamento. Edusp, São Paulo, 2007.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022**. Disponível em: <https://www.br.undp.org>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele; ZACARIAS, Inez Rocha. A Produção Da Pobreza e das Desigualdades no Capitalismo: uma Leitura a partir da Obra Marxiana. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suarez; GERSHENSON, Beatriz (Org.). **Neoliberalismo e desigualdade social**: reflexões a partir do serviço social. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/17245/2/Formacao_em_Servico_Social_no_Brasil_problematizando_os_desafios_do_tempo_presente.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

PROIFES. Fórum Nacional de Educação. **Fórum Nacional de Educação divulga documento em defesa de uma Política Nacional para o Ensino Médio para todas as pessoas**. 2023. Disponível em: <https://proifes.org.br/forum-nacional-de-educacao-divulga-documento-em-defesa-de-uma-politica-nacional-para-o-ensino-medio-para-todas-as-pessoas/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa de Santa Catarina. **Projeto de Lei 357/2020** [documento]. Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 2020. Disponível em: www.alesc.sc.gov.br . Acesso em: 02 de fev.2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SAWAIA, Bader. **Muitos lugares para aprender**. Educação e participação, CENPEC, São Paulo, 2003.

SAWAIA, Bader. **Afeto e comum**: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: EDUA, 2018.

SAWAIA, Bader. **A Educação e a Exclusão**: reflexões sobre a prática pedagógica e as políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2019.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Santa Catarina. (n.d.). **Educação Empreendedora** [site]. Disponível em: www.sebrae-sc.com.br. Acesso em: 02 fev. 2025.

SEMESP. Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. Anuário de Educação Superior 2024. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Educação Empreendedora** [site]. Disponível em: www.senai.br. Acesso em: 02 de fev. 2025.

SESC. Serviço Social do Comércio. Santa Catarina. **Projeto Startup Escolas** [site]. 2020. Disponível em: www.sesc-sc.com.br Acesso em: 02 fev. 2025.

SINTE-SC. Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina.

Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina. 2025.

Disponível em: <https://www.sinte-sc.org.br>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SOUZA, Elizeu Clementino de; MEIRELES, Mariana Martins de. Olhar, escutar e sentir: modos de pesquisar-narrar em educação. **Revista Educação e**

Cultura Contemporânea, v. 15, n. 39, 2016. Disponível em:

<http://www.ppgmuseu.ffch.ufba.br/sites/ppgmuseu.ufba.br/files/elizeuclementino.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 6/5/25.

1. Identificação do material bibliográfico: () Tese ☒ Dissertação () Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: Yasmin Caroline da Silva Costa

Orientador: Ellen H. Gomes Coorientador: _____

Data de Defesa: 28/02/25

Título: Territórios, Formação e Experiência Docente:
Uma Pesquisa Narrativa

Instituição de Defesa: Univille

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral ☒ Sim () Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.

Yasmin

Assinatura do autor

Joinville, 06 de maio de 2025

Local/Data